PRODUTO 01 – PLANO DE TRABALHO

Versão 01

JULHO

2021

Comitê de Bacia da Baía de Guanabara

AGEVAP
AGÊNCIA DE BACIA

azevedo
Consultoria Ambiental e Energética

EMPRESA RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO

Azevedo Consultoria Ambiental e Energética Ltda

EQUIPE TÉCNICA

Bárbara Oliveira Trindade
Coordenadora Técnica
Engenheira Ambiental e Sanitarista (UNA-MG)
Especialista em Geoprocessamento (PUC-MG)

Caio Henrique da Silva Santos
Especialista em Planejamento e Restauração Florestal
Biólogo (UBM)
Mestrando em Tecnologia Ambiental (UFF)

Carlos Soares Silva
Mobilizador Local

Lucas Borsatto Feijó
Especialista em Análise de SIG
Engenheiro Civil (UniFOA)

Milena Rody de Souza
Especialista em Mobilização Social
Bióloga (UFRJ)
MBA em Gestão Ambiental e Sistemas Integrados de Meio Ambiente, Qualidade e Segurança (UniFOA)

Samira Alves Silva
Técnica Plena e Auxiliar Administrativa
Engenheira Ambiental (UniFOA)
Especialista em Engenharia e Segurança do Trabalho (UCAM)

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO 8
2. INTRODUÇÃO 8
3. DADOS CONTRATUAIS 15
4. OBJETIVOS 16
   4.1. Objetivos Específicos 16
5. ÁREA DE ABRANGÊNCIA 17
6. METODOLOGIA E PLANEJAMENTO OPERACIONAL 20
   6.1. Plano de Trabalho 20
   6.2. Relatório do Estudo de Concepção 22
   6.3. Projeto Básico da Área de Intervenção 28
   6.4. Plano de Participação Social 30
   6.5. Relatório de Oficina de Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) 33
   6.6. Projeto Executivo de Implementação de Unidade de Conservação (PEIUC) 34
   6.7. Manual para Implementação de Unidade de Conservação (MIUC) 35
   6.8. Entrega do Banco de Dados 36
7. ETAPAS E ATIVIDADE 37
   7.1. Fluxograma de Execução das Atividades 40
   7.2. Cronograma Físico de Execução 41
8. PLANO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL 42
   8.1. Introdução 42
   8.2. Metodologia 42
   8.3. Oficina de Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) 46
9. RESULTADOS ESPERADOS 47
10. MEDIÇÃO 47
11. ANEXOS 50
12. REFERÊNCIAS 51

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Região Hidrográfica V – Bacia da Baía de Guanabara. 9
Figura 2 – Reserva Biológica (REBIO) do Tinguá. 10
Figura 3 – Zona de Amortecimento da REBIO do Tinguá. 12
Figura 4 – Área de Estudo – Proposta I. 17
Figura 5 – Área de Estudo – Proposta II. 18
Figura 6 – Área de Estudo – Proposta III. 18
Figura 7 – Área de Estudo – Proposta IV. 19
Figura 8 – Área de Estudo – Proposta V. 19
Figura 9 – Área de Estudo – Proposta VI. 20
Figura 10 – Modelo do Convite a ser enviado digitalmente. 44
Figura 11 – Modelo de Identidade Visual. 45

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Dados Gerais do Contrato. 15
Tabela 2 – Cronograma de Visitas Técnicas às áreas de interesse. 23
Tabela 3 – Contatos de instituições para Plano de Mobilização e Participação Social. 30
Tabela 4 – Relação de Etapas e Atividades a serem executadas durante o contrato. 37
Tabela 5 – Preço do Produto 1. 48

LISTA DE SIGLAS

AGEVAP	Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul
ANA	Agência Nacional das Águas
ART	Anotação de Responsabilidade Técnica
CBH-BG	Comitê de Bacia Hidrográfica da Baía de Guanabara
CEDAE	Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro
CERHI	Conselho Estadual de Recursos Hídricos do. Estado do Rio de Janeiro
CEIVAP	Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
CREA	Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia
DRM	Departamento de Recursos Minerais
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEA	Instituto Estadual do Ambiente
ITERJ	Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro
MIUC	Manual para Implementação de Unidade de Conservação
MMA	Ministério do Meio Ambiente
ONG	Organização Não Governamental
PEIUC	Projeto Executivo de Implementação de Unidade de Conservação
PERHI	Plano Estadual de Recursos Hídricos
PNMA	Política Nacional do Meio Ambiente
REBIO	Reserva Biológica
RH	Região Hidrográfica
RJ	Rio de Janeiro
RPPN	Reservas Particulares do Patrimônio Natural
SEAS	Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade
SIRGAS	Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas

SMA	Secretaria Estadual do Meio Ambiente de São Paulo
SiCAR	Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SPU	Superintendência do Patrimônio da União
UC	Unidade de Conservação
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

1. APRESENTAÇÃO

A Azevedo Consultoria Ambiental e Energética Ltda, empresa consultora em soluções e estudos ambientais, detentora do Contrato n° 010/2021/AGEVAP, declarada vencedora do Ato Convocatório nº 25/2020, cujo objetivo corresponde na contratação de serviços para a elaboração de estudo técnico para criação e implementação básica de unidade de conservação de proteção integral no trecho Oeste da Baía de Guanabara, especificamente no entorno da Reserva Biológica do Tinguá, apresenta o Plano de Trabalho (Produto 01) para execução do presente contrato.

2. INTRODUÇÃO

Neste Plano de Trabalho são descritos os dados do contrato de prestação de serviços firmado entre a Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP) e a empresa Azevedo Consultoria Ambiental e Energética Ltda, contemplando detalhadamente os procedimentos, métodos e padrões que serão adotados para a execução dos demais produtos conforme Termo de Referência.

Este documento visa apresentar o plano de ações detalhado da Contratada, que objetiva desenvolver estudo técnico para criação e implementação básica de unidade de conservação de proteção integral no trecho oeste da Baía de Guanabara, especificamente no entorno da Reserva Biológica do Tinguá.

A Região Hidrográfica Baía de Guanabara (RH-V) foi instituída pela Resolução do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERHI) nº 107 de 22 de maio de 2013, abrangendo os municípios de Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Tanguá, Guapimirim, Magé, Duque de Caxias, Belford Roxo, Mesquita, São João de Meriti, Nilópolis, Maricá, Rio Bonito, Cachoeira de Macacu, Petrópolis, Nova Iguaçu e Rio de Janeiro.

Suas bacias hidrográficas contribuintes correspondem às Lagunas de Itaipu e Piratininga, Bacia do Guaxindiba-Alcântara, Bacia do Caceribu, Bacia do Guapimirim-Macacu, Bacia do Roncador ou Santo Aleixo, Bacia do Iriri, Bacia do Suruí, Bacia do Estrela, Inhomirim, Saracuruna, Bacias Contribuintes à Praia de Mauá, Bacia do Iguaçu, Bacia do

Pavuna-Meriti, Bacias da Ilha do Governador, Bacia do Irajá, Bacia do Faria-Timbó, Bacias Drenantes da Vertente Norte da Serra da Carioca, Bacias Drenantes da Vertente Sul da Serra da Carioca, Bacias Contribuintes à Praia de São Conrado, Bacias Contribuintes ao Complexo Lagunar de Jacarepaguá (CERHI, 2013).

A Região Hidrográfica V possui muitos dos seus corpos d´água em nível avançado de degradação qualitativa, incluindo seus sistemas lagunares, comprometidos em grande parte pelo lançamento de efluentes domésticos sem tratamento. O fato de estar situada em uma região metropolitana densamente povoada, com baixos níveis de tratamento de efluentes, acelera a degradação ambiental (INEA, 2021).

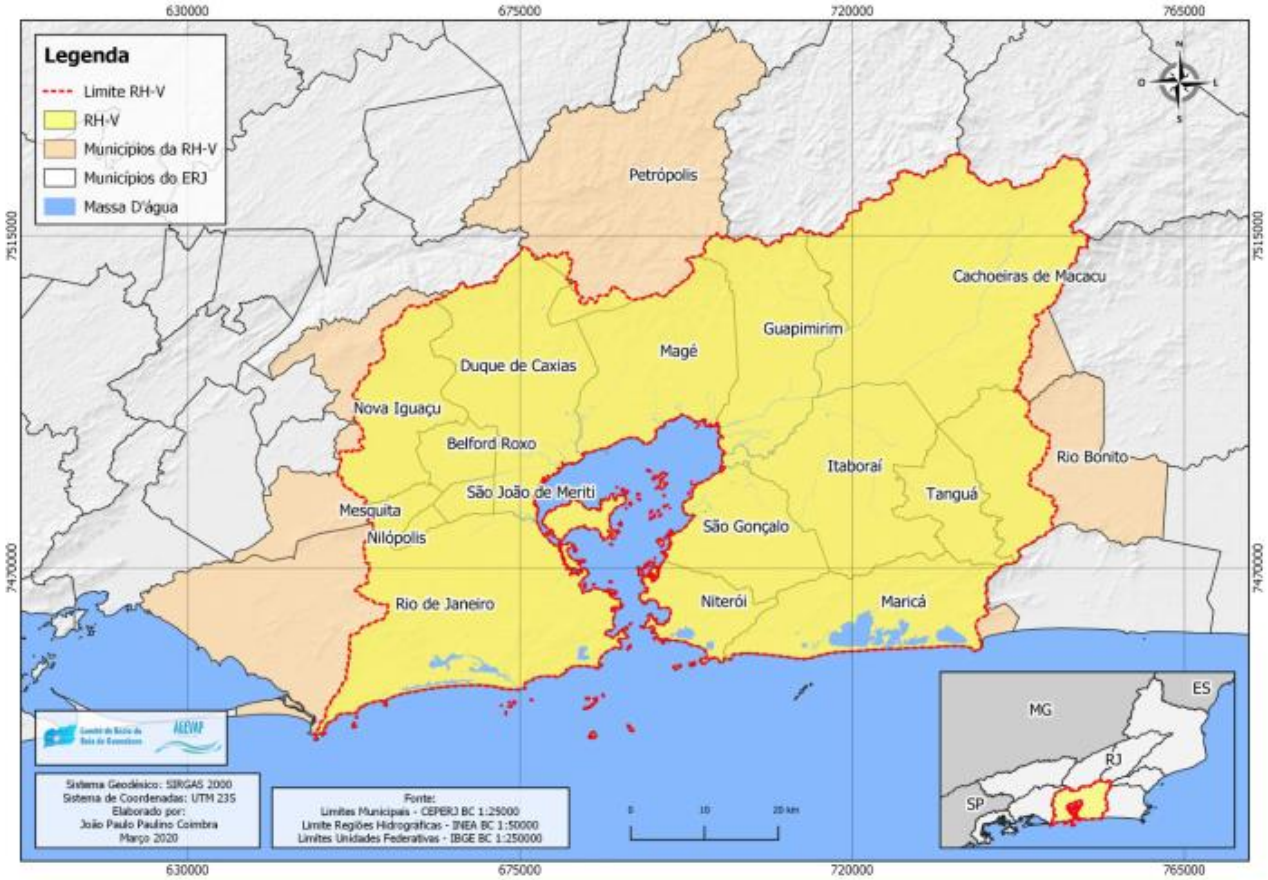


Figura 1 – Região Hidrográfica V – Bacia da Baía de Guanabara.
Fonte – CBH-BG (2015).

O estágio de degradação e a situação de vulnerabilidade da principal fonte de captação de água do trecho oeste da RH-V demandam, em caráter emergencial, a adoção

de ferramentas político-estruturais capazes de proteger este manancial e conservar o ecossistema que compõe a paisagem local (AGEVAP, 2020).

Um dos principais marcos de conservação da bacia da Baía de Guanabara foi a criação da Unidade de Conservação (UC) denominada Reserva Biológica (REBIO) do Tinguá através do Decreto Federal nº 97.780 de 23 de maio de 1989.

A REBIO Tinguá conta com 24.812,90 ha, abrangendo os municípios de Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Petrópolis e Miguel Pereira, no estado do Rio de Janeiro. Está inserida no bioma Mata Atlântica contemplando as fitofisionomias de Floresta Ombrófila Densa Submontana, Montana e Altomontana e tem como principal objetivo proteger amostra representativa da Mata Atlântica e demais recursos naturais, com especial atenção para os recursos hídricos, e proporcionar o desenvolvimento das pesquisas científicas e educação ambiental (IBAMA, 2006).

Figura 2 - Reserva Biológica (REBIO) do Tinguá.
Fonte – Google Earth (2021) e ICMBio (2021).

A UC está inserida na Unidade Geomorfológica Serra dos Órgãos, onde o relevo varia do plano ao fortemente ondulado. A linha das serras é truncada devido ao sistema de falhas que bordeja a parte setentrional da Serra do Mar, sendo responsável por desnivelamentos acentuados que variam de 1.500 metros até cotas próximas ao nível da base (0 m). As principais serras identificadas são a da Estrela, Ponte Furada e das Araras, conhecidas localmente como Serras do Tinguá e do Couto. A UC representa topograficamente um divisor de águas (Serras do Tinguá, do Maçudo e do Couto) de duas das mais importantes bacias hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro: a da Baía de Guanabara e a da Baía de Sepetiba, sendo que na área da REBIO estão as nascentes de diversos córregos e rios que constituem importantes mananciais de abastecimento para a população dos municípios de Nova Iguaçu, São João de Meriti, Duque de Caxias e Nilópolis (IBAMA, 2006).

As áreas de estudo propostas no TdR estão inseridas na Zona de amortecimento (ZA) da Rebio do Tinguá (Figura 3). Conforme Plano de Manejo, abrange parte dos territórios dos Municípios de Miguel Pereira, Japeri, Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Petrópolis e Queimados, possuindo um perímetro de 159,26 km e uma área de 72.705 ha e se caracteriza como o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade.

Figura 3 – Zona de Amortecimento da REBIO do Tinguá.
Fonte – Google Earth (2021) e ICMBio (2021).

A porção sul, sudeste e sudoeste da Zona de Amortecimento da REBIO e entorno, apresentam forte pressão antrópica verificada por variados usos, com destaque para as propriedades particulares utilizadas por sitiantes, que buscam lazer e descanso, ou mesmo para fins comerciais, além de malha urbana adensada, freada em alguns pontos apenas pela existência da UC. Nessa porção estão as zonas urbanas dos municípios de Nova Iguaçu, Duque de Caxias e Queimados.

São inúmeros os desafios enfrentados na conservação da área de entorno da UC em função especialmente do crescimento desordenado da população, ocupação irregular de famílias no seu interior, desmatamento, poluição, tráfico de animais silvestres e disposição inadequada de resíduos, e a existência de empreendimentos tais como: linha de transmissão, oleodutos e estradas (AGEVAP, 2020).

De acordo com o Plano de Manejo da REBIO do Tinguá, as áreas urbanas do entorno, na Baixada Fluminense, são compostas por população de baixa renda somando-

se a falta de infraestrutura de saneamento à precariedade da infraestrutura urbana, com a coleta convencional de lixo não atendendo plenamente às necessidades dos locais. Dessa forma, o esgoto é capaz de impactar a balneabilidade das águas, assim como contaminar o solo das margens dos rios.

Portanto, o estágio de degradação e a situação de vulnerabilidade da principal fonte de captação de água do trecho oeste da RH-V demandam, em caráter emergencial, a adoção de ferramentas político-estruturais capazes de proteger este manancial e conservar o ecossistema que compõe a paisagem local (AGEVAP, 2020).

Através da implementação das Unidades de Conservação propostas, a sociedade será beneficiada com múltiplos serviços ecossitêmicos tais como o bem-estar e conexão com a natureza, revitalização dos espaços urbanos, patrimônio histórico-cultural e sítios sagrados, valorização imobiliária do entorno e possibilidades de educação ambiental, além de controlar a erosão e enxurradas, proteção de nascentes e cursos d'água e regulação microclimática.

A criação das UCs também irá fortalecer a manutenção dos serviços ecossistêmicos produzidos por estas áreas como a conservação de corpos hídricos, solo e manutenção do clima local. Quanto ao aspecto socioeconômico, a criação de UCs podem servir como ferramentas de geração de emprego e renda e obtenção de recursos para proprietários de terra e o poder público.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC - Lei nº 9.985/2000) é um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA – Lei nº 6.938/1981) que tem como objetivos: contribuir para a conservação da variedade de espécies biológicas e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais; proteger as espécies ameaçadas de extinção; promover a educação e a interpretação ambiental; promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais; promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento; proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica; proteger as características relevantes de natureza geológica, morfológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural; proteger ou restaurar ecossistemas

degradados; proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental; valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica; favorecer condições e promover a educação e a interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico; e proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.

O SNUC categoriza as UCs em dois grupos: UCs de Proteção Integral e Uso Sustentável. As UCs do grupo de Proteção Integral têm a finalidade de preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos recursos naturais, e por isso as regras e normas são mais restritivas. São categorias deste grupo a Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Refúgio de Vida Silvestre e Monumento Natural e Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN).

Na Lei Federal nº 9.985/00, embora a RPPN conste como uma categoria de unidade de conservação de uso sustentável, não é permitida a extração de recursos naturais em seu interior devido ao veto presidencial ao inciso III do § 2º do Art. 21.

Neste cenário, a AGEVAP e o Comitê de Bacia Hidrográfica da Baía de Guanabara (CBH-BG), no âmbito de suas atribuições no Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERHI), no Plano Diretor de Recursos Hídricos da Baía de Guanabara de Recursos Hídricos da Baía de Guanabara e refletidas em seu Plano de Aplicação Plurianual, desenvolveram o Ato Convocatório nº 25/2020 e seu Termo de Referência para contratação de serviços para a elaboração de estudos técnicos para a criação de uma Unidade de Conservação no entorno da REBIO do Tinguá, que alia o uso e ocupação do solo com a conservação dos recursos naturais, protegendo mananciais hídricos estratégicos para a região hidrográfica da Baía de Guanabara além de contribuir para a ampliação do conjunto de unidades de conservação do Estado do Rio de Janeiro, promovendo a proteção de ecossistemas ameaçados, como o bioma Mata Atlântica.

3. DADOS CONTRATUAIS

Os dados gerais do Contrato de prestação de serviços firmado entre a AGEVAP e a empresa Azevedo Consultoria Ambiental e Energética Ltda. são apresentados na Tabela 1:

Tabela 1 – Dados Gerais do Contrato.

ATO CONVOCATÓRIO n° 025/2020	
Data da Licitação	28/01/2021
Contrato n°	010/2021/AGEVAP
Objetivo	Contratação de serviços para a elaboração de estudo técnico para criação e implementação básica de unidade de conservação de proteção integral no trecho Oeste da Baía de Guanabara, especificamente no entorno da Reserva Biológica do Tinguá
Contratante	Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP)
Contratada	Azevedo Consultoria Ambiental e Energética Ltda
Data da Assinatura do Contrato	27/05/2021
Prazo de Execução dos Serviços	11 meses
Data da Emissão da Ordem de Serviço	01/07/2021
Autorização de Início de Execução	003/2021/CG02
Data do Início dos Serviços	01/07/2021

Data do Término dos Serviços	27/05/2022

4. OBJETIVOS

O serviço tem por objetivo geral a elaboração de estudo técnico para subsidiar junto aos órgãos competentes a possível criação e implementação básica de unidade de conservação de proteção integral no trecho Oeste da Baía de Guanabara, especificamente no entorno da Reserva Biológica do Tinguá.

Alternativamente, há também a possibilidade de ampliação das unidades de conservação já existentes no local, caso venha a se configurar como a melhor alternativa quanto à aplicabilidade e retorno dos resultados esperados dos estudos realizados na região.

4.1. Objetivos Específicos

- Elaborar Diagnóstico Físico e Ambiental para as áreas de estudo;
- Levantar informações sobre a possessão das áreas de estudo (públicas ou particulares);
- Determinar área para criação de Unidade de Conservação ou Mosaico de UC e sua devida categorização conforme SNUC;
- Mobilizar os atores envolvidos para participar do processo de criação da UC;
- Realizar Oficina de Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) para que os atores envolvidos possam opinar e serem informados sobre a possível criação de UC na área;
- Estabelecer Projeto Executivo de Implementação de Unidade de Conservação (PEIUC) conforme definido pela Lei Federal n.º 9.986/2000 (SNUC);
- Desenvolver o Manual para Implementação de Unidade de Conservação (MIUC) para orientar a AGEVAP e CBH-BG sobre o passo a passo para criação e implementação da UC;

- Desenvolver banco de dados contendo as informações de localização da UC e principais atributos.

5. ÁREA DE ABRANGÊNCIA

As áreas de estudo estão localizadas no trecho oeste da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara (RH-V) no entorno da REBIO Tinguá, sendo divididas em 6 (seis) propostas para possíveis áreas de UC. Vale ressaltar que os recortes das 6 (seis) áreas foram tanto definidos pelo Grupo de Trabalho de Infraestrutura Verde quanto validados pela coordenação do Subcomitê Oeste na época da deliberação do objeto, sendo assim, todas as áreas estão presentes no Termo de Referência, e seus recortes podem ser ainda redefinidos de acordo com os estudos realizados nos locais.

- **Área de Estudo – Proposta I:** Está localizada nos municípios de Nova Iguaçu/RJ, Duque de Caxias/RJ e Petrópolis/RJ e possui 3.673,00 ha;

Figura 4 – Área de Estudo – Proposta I.
Fonte – Google Earth (2021) e AGEVAP (2020)
Coordenadas Geográficas: 22°33'57.63"S / 43°20'9.13"O

- **Área de Estudo – Proposta II:** Está localizada no município de Duque de Caxias/RJ e possui 178,00 ha;

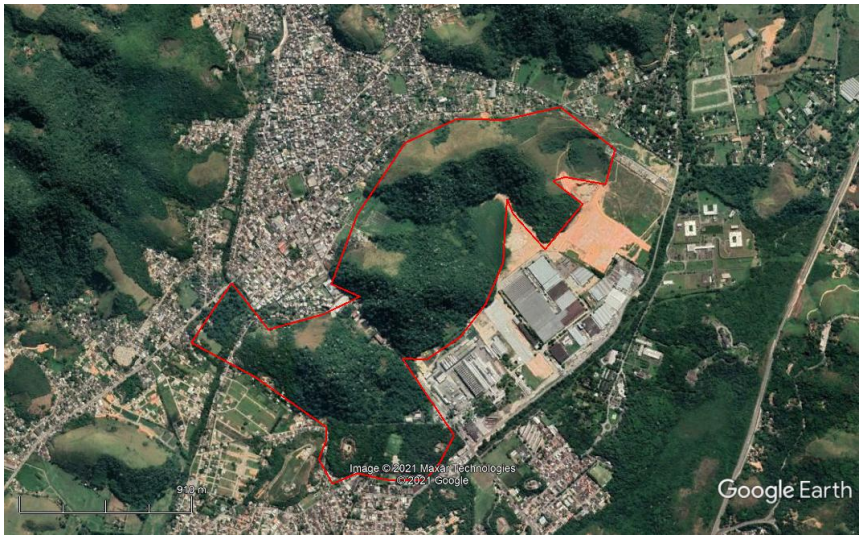


Figura 5 – Área de Estudo – Proposta II.

Fonte – Google Earth (2021) e AGEVAP (2020).

Coordenadas Geográficas: 22°35'26.92"S / 43°17'59.10"O

- **Área de Estudo – Proposta III:** Está localizada no município de Duque de Caxias/RJ e possui 1.973,00 ha;

Figura 6 – Área de Estudo – Proposta III.

Fonte – Google Earth (2021) e AGEVAP (2020).

Coordenadas Geográficas: 22°37'53.12"S / 43°21'14.55"O

- **Área de Estudo – Proposta IV:** Está localizada no município de Nova Iguaçu/RJ e possui 114,00 ha;

Figura 7 – Área de Estudo – Proposta IV.

Fonte – Google Earth (2021) e AGEVAP (2020).

Coordenadas Geográficas: 22°35'55.06"S / 43°26'13.26"O

- **Área de Estudo – Proposta V:** Está localizada no município de Nova Iguaçu/RJ e possui 2.699,00 ha;

Figura 8 – Área de Estudo – Proposta V.

Fonte – Google Earth (2021) e AGEVAP (2020).

Coordenadas Geográficas: 22°38'30.06"S / 43°26'37.29"O

- **Área de Estudo – Proposta VI:** Está localizada no município de Nova Iguaçu/RJ e possui 430,00 ha;

Figura 9 – Área de Estudo – Proposta VI.
Fonte – Google Earth (2021) e AGEVAP (2020).
Coordenadas Geográficas: 22°38'39.20"S / 43°30'15.52"O

6. METODOLOGIA E PLANEJAMENTO OPERACIONAL

6.1. Plano de Trabalho

A partir da Autorização para Início de Execução emitida pela AGEVAP, a Contratada deu início a realização das atividades do presente contrato. As atividades para o desenvolvimento do Plano de Trabalho incluem:

Atividade 1.1 – Emissão de ART: Na data de início da execução do presente contrato a Coordenadora Técnica do projeto e Engenheira Ambiental e Sanitarista Bárbara Oliveira Trindade emitirá a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) através do sistema do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro (CREA/RJ);

Atividade 1.2 – Recolhimento de documentação: A Equipe Técnica da Contratada realizará a solicitação de toda a documentação que subsidiou o processo de licitação que culminou no Ato Convocatório nº 25/2020.

Atividade 1.3 – Estabelecimento de metodologia para execução: A equipe técnica da contratada estabelecerá os procedimentos metodológicos para a execução de cada uma das etapas propostas, observando as principais legislações, manuais, estudos e demais referências técnicas pertinentes à realização de cada uma das atividades das Etapas 2 a 8;

Atividade 1.4 – Planejamento Operacional: A equipe técnica da contratada desenvolverá planejamento operacional para o desenvolvimento de cada uma das atividades propostas. O planejamento envolverá a descrição das ações a serem realizadas durante as atividades de campo e participação social, desenvolvimento dos mapas, diagnósticos físico, ambiental, sociocultural e socioeconômico, levantamento fundiário e cartorial.

Atividade 1.5 – Entrega do Plano de Trabalho: O Plano de Trabalho (Versão 00) será entregue à Contratante nas versões .doc e .pdf contendo: a identificação da metodologia de execução das atividades, cronograma dos principais acontecimentos (entrega de produtos, oficinas, reuniões com o grupo de trabalho), descrição da equipe técnica participante no projeto e respectivo resumo de currículo e a descrição do Plano de mobilização e participação social contendo a metodologia a ser conduzida na realização da Oficina de Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), o mapeamento dos atores que serão convidados, forma de convite, modelo de identidade visual do projeto.

Atividade 1.6 – Reunião Consultiva e Apresentação do Plano de Trabalho: A equipe técnica da contratada agendará reunião para 10 (dez) dias após a entrega do Plano de Trabalho, com os seguintes atores: Diretoria do CBH-BG, Grupo de Trabalho de Infraestrutura verde do subcomitê Oeste, representantes da Secretaria de Meio Ambiente dos municípios envolvidos e representantes da AGEVAP e demais entidades interessadas. Será apresentado o Plano de Trabalho pela coordenadora técnica com os seguintes aspectos: objetivo geral, objetivos específicos, metodologia para execução dos produtos, definição e descrição das etapas/atividades, prazos para as entregas intermediárias, seu planejamento operacional, os principais resultados esperados, fluxograma das atividades. Os participantes da reunião poderão fazer contribuições para complemento do Plano de

Trabalho que serão cautelosamente analisadas pela equipe técnica para possíveis alterações no conteúdo do trabalho.

Atividade 1.7 – Entrega do Plano de Trabalho Consolidado: O Plano de Trabalho Consolidado (Produto 01) com as devidas contribuições colhidas durante a reunião consultiva será entregue juntamente com a ata da reunião consultiva, lista de presença, registro fotográfico e a apresentação realizada pela Contratada anexados.

Atividade 1.8 – Aprovação do Plano de Trabalho: A AGEVAP realizará a aprovação do Plano de Trabalho Consolidado (Produto 01) após cumprimento de todas as atividades elencadas na Etapa 01. Após análise e consideração das contribuições e correções ao Produto 01, a Contratada entregará a versão final do Plano de Trabalho em versões .doc, .pdf e outros formatos que forem necessários em até 20 (vinte) dias da assinatura para início da execução contratual.

6.2. Relatório do Estudo de Concepção

Atividade 2.1 – Vistoria em campo: As vistorias de campo permitirão inspecionar e registrar as principais características que levaram as áreas a serem consideradas como potenciais Unidades de Conservação. As informações e registros levantados em campo servirão de base para elaborações dos diagnósticos físicos e ambientais da área. Serão realizadas visitas presenciais aos órgãos públicos de gestão fundiária e cartórios da região.

A Tabela 2 relaciona todas as visitas previstas para a execução do presente contrato. Serão realizadas visitas aos locais de interesse ao desenvolvimento do trabalho, sendo estas nas áreas de estudo e órgãos públicos de gestão fundiária e cartórios da região.

Tabela 2 – Cronograma de Visitas Técnicas às áreas de interesse.

VISITAS TÉCNICAS		
Atividades	**Data Prevista**	**Equipe Técnica**
Reconhecimento de Acessos Área de Estudo I	06/07 07/07	Coordenadora Técnica Técnica Plena e Auxiliar Administrativa Especialista em Análise de SIG Especialista em Planejamento e Restauração Florestal Especialista em Mobilização Mobilizador Local
Reconhecimento de Acessos Área de Estudo II	19/07	
Reconhecimento de Acessos Área de Estudo III	02/08 03/08	
Reconhecimento de Acessos Área de Estudo IV	09/08	
Reconhecimento de Acessos Área de Estudo V	30/08 31/08	
Reconhecimento de Acessos Área de Estudo VI	16/08	
Levantamento Fundiário	23/08	
Levantamento Cartorial	24/08	
Diagnóstico Físico e Ambiental Área de Estudo I	13/09 14/09	
Diagnóstico Físico e Ambiental Área de Estudo II	20/09	
Diagnóstico Físico e Ambiental Área de Estudo III	27/09 28/09	
Diagnóstico Físico e Ambiental Área de Estudo IV	04/10	
Diagnóstico Físico e Ambiental Área de Estudo V	11/10 12/10	

Diagnóstico Físico e Ambiental Área de Estudo VI	18/10	
Mobilização Social (Oficina DRP)	22/10 26/10 28/10 09/11 10/11 16/11 17/11	

Atividade 2.2 – Levantamento topográfico e Georreferenciamento da área: A realização do georreferenciamento das áreas de estudo envolverá uma rigorosa pesquisa visando a coleta de documentos, tanto nos serviços de registro de imóveis como junto ao INCRA, SPU e ITERJ.

Para a produção dos mapas será selecionada a base cartográfica disponível para o estado do Rio de Janeiro. Além disso, serão observadas e adquiridas imagens de alta resolução da área para auxiliar na identificação dos limites e propriedades, imóveis e edificações localizadas no interior e entorno de cada área de estudo. Após, os limites de cada área serão traçados na base cartográfica e desenvolvido os respectivos memoriais descritivos. Todos os mapas produzidos estarão dentro das normas topográficas para levantamentos planialtimétricos com finalidade ambiental.

Atividade 2.3 – Levantamento Fundiário e Cartorial: O levantamento fundiário a ser realizado terá o objetivo de reunir informações e documentos sobre a situação fundiária e realizar reconhecimento de campo; Identificar a situação fundiária dos ocupantes das áreas, objetivando o reconhecimento das propriedades existentes em seus interiores, sejam estes proprietários, posseiros, detentores, etc.; Levantamento das propriedades públicas ou

privadas ocupadas ou não pelos seus titulares ou posseiros, bem como famílias que podem ser classificadas como tradicionais.

O levantamento terá como foco a questão da titularidade das terras, identificando a existência de áreas da União, terras devolutas e processo de grilagem na região do estudo. A intenção deste levantamento é a caracterização do território, de forma a auxiliar na definição da sua área e limites, evitando desapropriações e possibilitando a escolha da área de menor conflito para implementação da UC.

Será realizado levantamento cartorial e junto aos órgãos de gestão fundiária como ITERJ, INCRA, SPU, órgãos e entidades que mantém acervos da situação fundiária da região como CEDAE, ICMBio, entre outros, considerando um histórico de desapropriação de terras na região, ainda durante o período imperial, fato este que culminou com a criação da REBIO do Tinguá.

Atividade 2.4 – Caracterização do território: O georreferenciamento de levantamento fundiário das áreas irá auxiliar na definição dos limites de cada, evitando desapropriações e possibilitando a escolha da área de menor conflito para implementação da UC.

Atividade 2.5 – Diagnóstico de Fitossociologia: O diagnóstico realizará pesquisa de literatura para obtenção de informações secundárias sobre levantamentos que identificaram e caracterizaram as fitofisionomias gerais das áreas de estudos, levantamentos florísticos, espécies ocorrentes representativas, ameaçadas de extinção, espécies exóticas existentes, principalmente as espécies invasoras e vegetação aquática considerada importante. As informações obtidas serão verificadas a partir das inspeções de campo a serem realizadas. A metodologia utilizada para o diagnóstico das áreas consiste na Avaliação Ecológica Rápida (AER), sendo caracterizada por ser um levantamento flexível, acelerado e direcionado para espécies, tipos vegetacionais e estudo de biodiversidade. A metodologia utiliza ferramentas como imagens de sensoriamento remoto, voos de reconhecimento, coleta de dados em campo e visualização de informações espaciais que possam gerar informações úteis para o reconhecimento das especificidades locais em conjunto com dados secundários através da pesquisa de periódicos publicados e base de dados nacionais (TNC, 2003).

Será elaborado mapa georreferenciado de uso e cobertura incluindo as fitofisionomias observadas nas áreas de forma cartográfica, em escala apropriada.

Atividade 2.6 – Diagnóstico de pedologia, relevo e geologia: Esta atividade irá englobar a descrição da evolução geológica regional e identificar sua importância para as áreas de estudo; identificação das unidades fisionômico-geomorfológicas e declividades mais representativas das áreas; descrição dos tipos de relevos predominantes e as cotas de altitude existentes; e apresentação das principais unidades pedológicas e respectiva morfologia dos solos presentes nas áreas por meio de dados e escala disponíveis.

As informações geradas acima servirão de base para a elaboração de Mapa Geológico, Mapa Pedológico e Mapa Geomorfológico de cada área em escalas apropriadas ao tamanho de cada área de estudo.

Atividade 2.7 – Diagnóstico sociocultural: Para as áreas que apresentarem aspectos culturais e históricos relevantes, serão apresentadas as informações acerca da colonização da região, levantamento histórico recente e suas manifestações culturais resultantes, como: valores folclóricos, religiosos, musicais, teatrais, literários, gastronômicos, bem como os usos tradicionais da flora e da fauna silvestre ou de outra natureza.

Atividade 2.8 – Diagnóstico socioeconômico: Será realizada caracterização direcionada à população do entorno das áreas de estudo e aos moradores que estejam em seu interior (caso existam).

Será realizada com base em dados secundários, observando-se os seguintes aspectos:

Distribuição rural/urbana, grau de escolaridade, saneamento básico, caracterização das condições de manejo de resíduos sólidos, descrição da situação da população quanto à faixa etária, demonstrando a população economicamente ativa e a estudantil, abordando simultaneamente as informações de gênero, estratificação social e descrição das organizações, associações e/ou cooperativas com atuação na região.

Atividade 2.9 – Diagnóstico hidrológico: Será realizada a descrição das regiões hidrográficas e bacias abrangidas pelas áreas de estudo e o estado de conservação delas,

os principais cursos de água e suas nascentes, dando enfoque ao regime das águas (cheias e vazantes), aquíferos e seus mecanismos de recarga, lagos, lagoas e/ou banhados, identificando sua importância e conexão com outros ambientes aquáticos lênticos e/ou lóticos.

Atividade 2.10 – Diagnóstico legal: Será desenvolvida uma revisão do enquadramento legal nos âmbitos municipal, estadual e federal que subsidiam a escolha e a possível criação de Unidades de Conservação nos locais das áreas de estudo.

Atividade 2.11 – Diagnóstico de impactos ambientais: Nesta etapa serão levantados os principais aspectos e impactos ambientais de fontes poluidoras de corpos hídricos no âmbito de cada área de estudo. Este diagnóstico envolverá a pesquisa e identificação de empreendimentos licenciados ou não nas áreas de estudo, além de incursões de campo para verificação e registro fotográfico *in loco* das principais áreas afetadas por atividades antrópicas.

Assim, serão elaborados Estudos Ambientais que irão indicar a situação atual do meio ambiente local contendo o conjunto de fatores físicos, químicos, biológicos, culturais, socioeconômicos e condições sanitárias evidenciando fontes de poluição do corpo hídrico; avaliação de impacto, compreendendo alcance e amplitude que o projeto pretendido causará nesse meio ambiente, em um determinado intervalo de tempo; estudo das medidas mitigadoras, com vistas a minimizar os impactos negativos.

Atividade 2.12 – Levantamento cartográfico: Será realizado o levantamento das principais bases cartográficas da região, com vistas a caracterizar ambientalmente o estudo, bem como subsidiar a delimitação do polígono, instalação de marcos e quando necessário, cercas. O levantamento cartográfico será conduzido através do extenso material, como cartas imagens, já disponíveis no Plano de Manejo da REBIO do Tinguá, Planos Diretores Municipais, IBGE, Exército Brasileiro, INEA, ANA, CPRM, DRM, empresas concessionárias de energia elétrica, telefonia, etc., bem como outros bancos de dados disponíveis na internet.

Atividade 2.13 – Entrega do Relatório: Será realizada a compilação dos levantamentos das atividades acima para a elaboração do Produto 02 (Relatório do Estudo de Concepção). A organização do relatório irá conter os seguintes tópicos: Arcabouço legal, Diagnóstico da situação atual da área proposta e elementos para concepção da Unidade de Conservação, Estudos ambientais e Levantamento cartográfico, topográfico e fundiário e entregar de forma digital à contratante em versões .doc, .pdf e outros formatos que forem necessários para análise.

Atividade 2.14 – Reunião Consultiva e Apresentação do Relatório de Estudo de Concepção: Esse produto será apresentado em reunião a ser agendada para pelo menos 10 (dez) dias após o envio do produto, na qual os participantes envolvidos poderão realizar contribuições que que serão cautelosamente analisadas pela equipe técnica para possíveis alterações no conteúdo do trabalho.

Atividade 2.15 – Aprovação do Relatório de Estudo de Concepção: Após análise e consideração das contribuições e correções ao Produto 02, a Contratada irá entregar a versão final do relatório em versões .doc, .pdf e outros formatos que forem necessários em até 120 (cento e vinte) dias da assinatura para início da execução contratual. A AGEVAP realizará a aprovação do Produto 02 após cumprimento de todas as atividades elencadas na Etapa 02.

6.3. Projeto Básico da Área de Intervenção

Atividade 3.1 – Elaboração e Submissão de Nota Técnica: Com base no levantamento realizado no produto anterior (Relatório do Estudo de Concepção), a Equipe Técnica irá submeter à AGEVAP e CBH-BG uma Nota Técnica com apresentação de projeto básico contendo a indicação e delimitação espacial da(s) área(s) eleita(s) para a implantação de UC de proteção integral. Para fins de validação da proposta da área eleita para implementação da UC, será submetida uma Nota Técnica contendo a delimitação da UC para aprovação.

Atividade 3.2 – Aprovação de Nota Técnica: A avaliação e aprovação da Nota Técnica será realizada pela AGEVAP e CBH-BG. Após aprovação, será iniciada a construção do Produto 3 - Projeto Básico.

Atividade 3.3 – Elaboração de planta de situação: O projeto básico será desenvolvido com informações necessárias, exigidas pela legislação ambiental pertinente, na forma de planta de situação, em duas vias e em escala 1:25.000, indicando:

a) Curvas de nível e corpos hídricos;

b) Estágio sucessional da vegetação da área, com a evidência de espécies endêmicas;

c) Levantamento da situação fundiária dos imóveis e/ou terrenos existentes na área indicada;

d) Proposta de localização de todas as edificações, vias de acesso, infraestrutura, estacionamentos ou demais intervenções existentes e/ou a serem implantadas, inclusive no subsolo, com as devidas cotas e quadros de áreas;

e) Proposta de construções, benfeitorias e suas localizações, para apoio as atividades de educação ambiental e ecoturismo a serem realizadas na Unidade de Conservação.

f) Proposta de instalação dos marcos e cercamento; e

g) Memorial descritivo da UC com as coordenadas.

Atividade 3.4 – Entrega do Projeto Básico da Área de Intervenção: A contratada entregará a versão 00 do Projeto Básico da Área de Intervenção para análise e apreciação.

Atividade 3.5 – Reunião Consultiva e apresentação do Projeto Básico da Área de Intervenção: Este produto será apresentado em reunião, a ser agendada para 10 (dez) dias após a entrega do produto para análise.

Atividade 3.6 – Aprovação do Projeto Básico da Área de Intervenção: O produto final consolidará os apontamentos realizados durante a reunião e será entregue em até 170

(cento e setenta) dias a contar da assinatura da autorização para início de execução contratual.

6.4. Plano de Participação Social

Atividade 4.1 – Mapeamento dos atores: Nesta atividade, serão identificados e contactados atores relevantes e atuantes no território que devem ser convidados a participar da Oficina de Diagnóstico Rápido Participativo (DRP). A Contratada irá submeter à AGEVAP e CBH-BG planilha de identificação das entidades a serem convidadas, dos representantes da entidade que será convidada e os contatos (endereço da entidade, número de telefone e endereço de *e-mail* da entidade e de seu representante).

A Tabela 3 indica os contatos das principais instituições e órgãos a serem convidados para a Oficina de Diagnóstico Rápido Participativo (DRP).

Tabela 3 - Contatos de instituições para Plano de Mobilização e Participação Social.

CONTATOS PARA PLANO DE MOBILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL	
Instituição / Órgão	**E-mail**
AGEVAP	agevap@agevap.com.br
CBH-BG	contato@comitebaiadeguanabara.org.br
DIBAP/INEA	banpar@inea.rj.gov.br
ICMBio	luiz-felipe.souza@icmbio.go
Demais ONGs relevantes	A ser verificado
IFRJ	cstm@ifrj.edu.br
INEA - Superintendência Regional Baía de Guanabara	supbg.inea@gmail.com
Instituto Baía de Guanabara	contato@baiadeguanabara.org.br
Prefeitura de Duque de Caxias	smma@duquedecaxias.rj.gov.br
Prefeitura de Japeri	semades@japeri.rj.gov.br

Prefeitura de Miguel Pereira	ambiente.miguelpereira@hotmail.com
Prefeitura de Nova Iguaçu	desenvolvimento@novaiguacu.rj.gov.br
Prefeitura de Petrópolis	sma@petropolis.rj.gov.br
Prefeitura de Queimados	semada@queimados.rj.gov.br
Subcomitê do Sistema Lagunar da Lagoa Rodrigo de Freitas	subcomite.lagoarodrigodefreitas@comitebaiadeguanabara.org.br
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS	ambiente@ambiente.rj.gov.br
Subcomitê do Sistema Lagunar de Jacarepaguá	subcomite.jacarepagua@comitebaiadeguanabara.org.br
Subcomitê do Sistema Lagunar Itaipu-Piratininga	subcomite.itaipu@comitebaiadeguanabara.org.br
Subcomitê Maricá-Guarapina	subcomite.marica@comitebaiadeguanabara.org.br
Subcomitê Trecho Leste	subcomite.leste@comitebaiadeguanabara.org.br
Subcomitê Trecho Oeste	subcomite.oeste@comitebaiadeguanabara.org.br
Universidade Federal Fluminense - UFF	sic@id.uff.br
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ	portal@ufrj.br
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO	comunicacao@unirio.br
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ	ouvidoria@ufrrj.br
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ	ouvidoria@uerj.br

Atividade 4.2 – Mobilização Social: A mobilização social para a participação dos atores na Oficina de Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) irá conter as seguintes atividades:

- Edital de Convocação: O Edital conterá data e local da reunião pública; instituição responsável; objetivo; site, endereço, *e-mail* e telefone que viabilizem a participação à distância; prazo para recebimento de sugestões; contatos para mais esclarecimentos e será divulgado no *website* da AGEVAP e CBH-BG, além dos murais das Prefeituras Municipais e Secretarias de Meio Ambiente dos municípios onde as áreas de interesse estão inseridas.

- Convites: Será elaborado um convite para a realização da Oficina, o qual será enviado digitalmente via *e-mail* para os atores relevantes interessados.

- Protocolo: A Equipe Técnica irá criar protocolo para obter a confirmação de participação dos atores na Oficina, seja por *e-mail*, telefonemas ou mensagens de texto;

- Mobilização: A Equipe Técnica estará em campo para ter contato diretamente com as lideranças locais, os agentes comunitários e as instituições locais (as prefeituras, os sindicatos, as ONGs locais, os escritórios de extensão rural, etc.), para apoiar a divulgação e a mobilização para a plenária. Todas as ações em campo respeitarão os protocolos de segurança para COVID-19 como utilização de máscara por parte da equipe, distanciamento e higienização das mãos sempre que possível.

Atividade 4.3 – Estabelecimento de metodologia: O roteiro de Oficina de Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) será baseado na Lei nº 9.985/00, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), e irá objetivar que populações locais, ambientalistas, pesquisadores, profissionais liberais, empresários e organizações da sociedade civil sejam informados e opinem sobre as propostas de criação da UC.

Atividade 4.4 – Estabelecimento de Plano de Ação Emergencial: Será elaborado na Etapa 04, caso não haja confirmações suficientes (mensagens, *e-mail*, telefonemas);

Atividade 4.5 – Entrega do Plano de Participação Social: A contratada entregará a versão 00 do Plano de Participação Social para análise e apreciação.

Atividade 4.6 – Reunião Consultiva e Apresentação do Plano de Participação Social: Este produto será apresentado em reunião, a ser agendada para 10 (dez) dias após a entrega do produto para análise.

Atividade 4.7 – Aprovação do Plano de Participação Social: Após análise e consideração das contribuições e correções ao Produto 04, a Contratada irá entregar a versão final do relatório em versões .doc, .pdf e outros formatos que forem necessários em até 127 (cento e vinte e sete) dias da assinatura para início da execução contratual. A AGEVAP realizará a aprovação do Produto 04 após cumprimento de todas as atividades elencadas na Etapa 04.

6.5. Relatório de Oficina de Diagnóstico Rápido Participativo (DRP)

O Relatório de Oficina de Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) (Etapa 05) será elaborado a partir das seguintes atividades:

Atividade 5.1 – Convocatória para a Oficina: Será realizada conforme estabelecido no Plano de Participação Social;

Atividade 5.2 – Oficina de Diagnóstico Rápido Participativo (DRP): O roteiro da oficina será baseado no SNUC e irá objetivar que populações locais, ambientalistas, pesquisadores, profissionais liberais, empresários e organizações da sociedade civil sejam informados e opinem sobre as propostas de criação da UC e terá as seguintes atividades:

- Abertura e leitura de pauta da Oficina;

- Apresentação do SNUC com destaque para as categorias em questão;

- Apresentação dos Objetivos de Unidades de Conservação de Proteção Integral;

- Definição e Objetivos da Unidade de Conservação;

- Divulgação do Relatório do Estudo de Concepção, enfatizando os aspectos ecológicos, sociais, de uso sustentável, belezas cênicas e áreas de abrangência;

- Apresentação das informações sobre quem poderá ocupar/residir na UC após a criação;

- Abordagem sobre possíveis desapropriações;

- Abordagem das atividades permitidas nas unidades de conservação de proteção integral;

- Abertura para dúvidas e esclarecimentos;

- Leitura e aprovação da ata de reunião;

- Considerações Finais;

Devido a pandemia da COVID-19, a Oficina de Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) será realizada de maneira remota em sala virtual a ser organizada pela Contratada.

Atividade 5.3 – Lista de presença: Será realizada mediante confirmação de participação dos integrantes da Oficina de Diagnóstico Rápido Participativo (DRP);

Atividade 5.4 – Registro de reunião: Toda a oficina e devidas contribuições serão registradas através de ata de reunião a ser lida ao final da reunião;

Atividade 5.5 – Registro fotográfico: Será realizada a gravação da Oficina para registro.

Atividade 5.6 – Material de reunião utilizado: A Equipe Técnica da Contratada disponibilizará apresentação em conteúdo digital para os participantes da oficina, incluindo os devidos mapas, registros fotográficos, documentos e informações pertinentes.

Atividade 5.7 – Relatório da Oficina de Diagnóstico Rápido Participativo (DRP): A contratada entregará a versão 00 do Relatório da Oficina da Oficina de Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) para análise e apreciação.

Atividade 5.8 – Reunião e Apresentação do Relatório da Oficina: Este produto será apresentado em reunião, a ser agendada para 10 (dez) dias após a entrega do produto para análise.

Atividade 5.9 – Aprovação do Relatório do Plano de Participação Social: Após análise e consideração das contribuições e correções ao Produto 05, a Contratada irá entregar a versão final do relatório em versões .doc, .pdf e outros formatos que forem necessários em até 210 (duzentos e dez) dias da assinatura para início da execução contratual. A AGEVAP realizará a aprovação do Produto 05 após cumprimento de todas as atividades elencadas na Etapa 05.

6.6. Projeto Executivo de Implementação de Unidade de Conservação (PEIUC)

O desenvolvimento da Etapa 06 - Projeto Executivo de Implementação de Unidade de Conservação (PEIUC) conterá as seguintes atividades:

Atividade 6.1 – Projeto Executivo de Implementação de Unidade de Conservação (PEIUC): Será elaborado conforme definido pela Lei Federal n.º 9.986/2000, que institui o

Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) em meio físico. Em meio digital, serão entregues os mapas em formato .shp no Datum SIRGAS 2000 e KMZ.

Atividade 6.2 – Orçamento e cronograma físico-financeiro de implantação: Irá conter todos os futuros gastos para implementação da UC de forma quantitativa e especificação dos insumos, mão de obra, custo de cercas, mourões, marcos, demarcação de trilhas e vias de acesso, instalação de placas, localização e estrutura da sede da UC e demais intervenções necessárias para a realização das ações de implantação do projeto.

Atividade 6.3 – Elaboração de Memorial de Cálculo: Será elaborado de maneira que possibilite a rastreabilidade dos valores propostos no orçamento do projeto pela AGEVAP e CBH-BG.

Atividade 6.4 – Entrega do Projeto Executivo de Implementação de UC: A contratada entregará a versão 00 do Projeto Executivo de Implementação de UC o para análise e apreciação.

Atividade 6.5 – Reunião Consultiva e Apresentação do Projeto Executivo de Implementação de UC: Este produto será apresentado em reunião, a ser agendada para 10 (dez) dias após a entrega do produto para análise.

Atividade 6.6 – Aprovação do Projeto Executivo de Implementação de UC: Após análise e consideração das contribuições e correções ao Produto 06, a Contratada irá entregar a versão final do relatório em versões .doc, .pdf e outros formatos que forem necessários em até 240 (duzentos e quarenta) dias da assinatura para início da execução contratual. A AGEVAP realizará a aprovação do Produto 06 após cumprimento de todas as atividades elencadas na Etapa 06.

6.7. Manual para Implementação de Unidade de Conservação (MIUC)

O desenvolvimento da Etapa 07 - Manual para Implementação de Unidade de Conservação (MIUC) conterá as seguintes atividades:

Atividade 7.1 – Elaboração do MIUC: O produto apresentará a sequência de etapas e identificará os órgãos e departamentos responsáveis, na esfera pertinente à proposta de unidade, podendo ser estadual ou federal. O Manual se utilizará principalmente de fluxogramas e recursos gráficos que possibilitarão identificar as instâncias que devem ser acionadas e o fluxo de tramitação, contendo a relação de documentos e legislação necessários à concretização da UC ou mosaico, para que seja implementada a Unidade de Conservação.

O Manual ainda contemplará o Levantamento da Legislação pertinente, Levantamento dos Aspectos do processo de criação de Unidade de Conservação, Junção de referencial teórico, descrição dos principais aspectos sociais de criação, caracterização da área, reconhecimento de fraquezas e potencialidades, reconhecimento de órgãos responsáveis, elaboração de minuta de termo de referência para contratação do devido Plano de Manejo para a UC ou mosaico, com a identificação dos principais produtos, prazos, equipe adequada e orçamento base de criação da UC, identificação de esfera de abrangência.

Atividade 7.2 – Entrega do Manual para implementação de UC e da Minuta: A contratada entregará a versão 00 do MIUC o para análise e apreciação.

Atividade 7.3 – Reunião consultiva e Apresentação do Manual para implementação de UC e da Minuta: Este produto será apresentado em reunião, a ser agendada para 10 (dez) dias após a entrega do produto para análise.

Atividade 7.4 – Aprovação do Manual para implementação de UC e da Minuta: Após análise e consideração das contribuições e correções ao Produto 07, a Contratada irá entregar a versão final do relatório em versões .doc, .pdf e outros formatos que forem necessários em até 290 (duzentos e noventa) dias da assinatura para início da execução contratual. A AGEVAP realizará a aprovação do Produto 07 após cumprimento de todas as atividades elencadas na Etapa 07.

6.8. Entrega do Banco de Dados

A Etapa final do presente contrato contará com as seguintes atividades:

Atividade 8.1 – Entrega do banco de dados:

O Banco de dados será entregue em via digital com os seguintes dados em até 300 (trezentos) dias após início da execução do contrato:

- Memorial descritivo: descrição do perímetro e confrontações nos limites; identificação de córregos, rios e corpos hídricos, internos e limitantes; descrição das coordenadas geográficas em graus e em UTM 23 S (Datum Sirgas 2000); área total (em hectares); perímetro (em metros); coordenadas dos extremos; data do levantamento; tabela das coordenadas geográficas e UTM de todos os marcos, cercas, placas e dados da executora (empresa contratada e equipe).

- Dados do projeto: formato *shapefile* e KMZ. Os dados devem estar no sistema de Coordenadas UTM 23 S e Datum geodésico SIRGAS2000. Os dados devem vir acompanhados da tabela de atributos e dos metadados.

7. ETAPAS E ATIVIDADE

A Tabela 04 elenca de forma cronológica as etapas e atividades a serem realizadas durante a vigência do presente contrato.

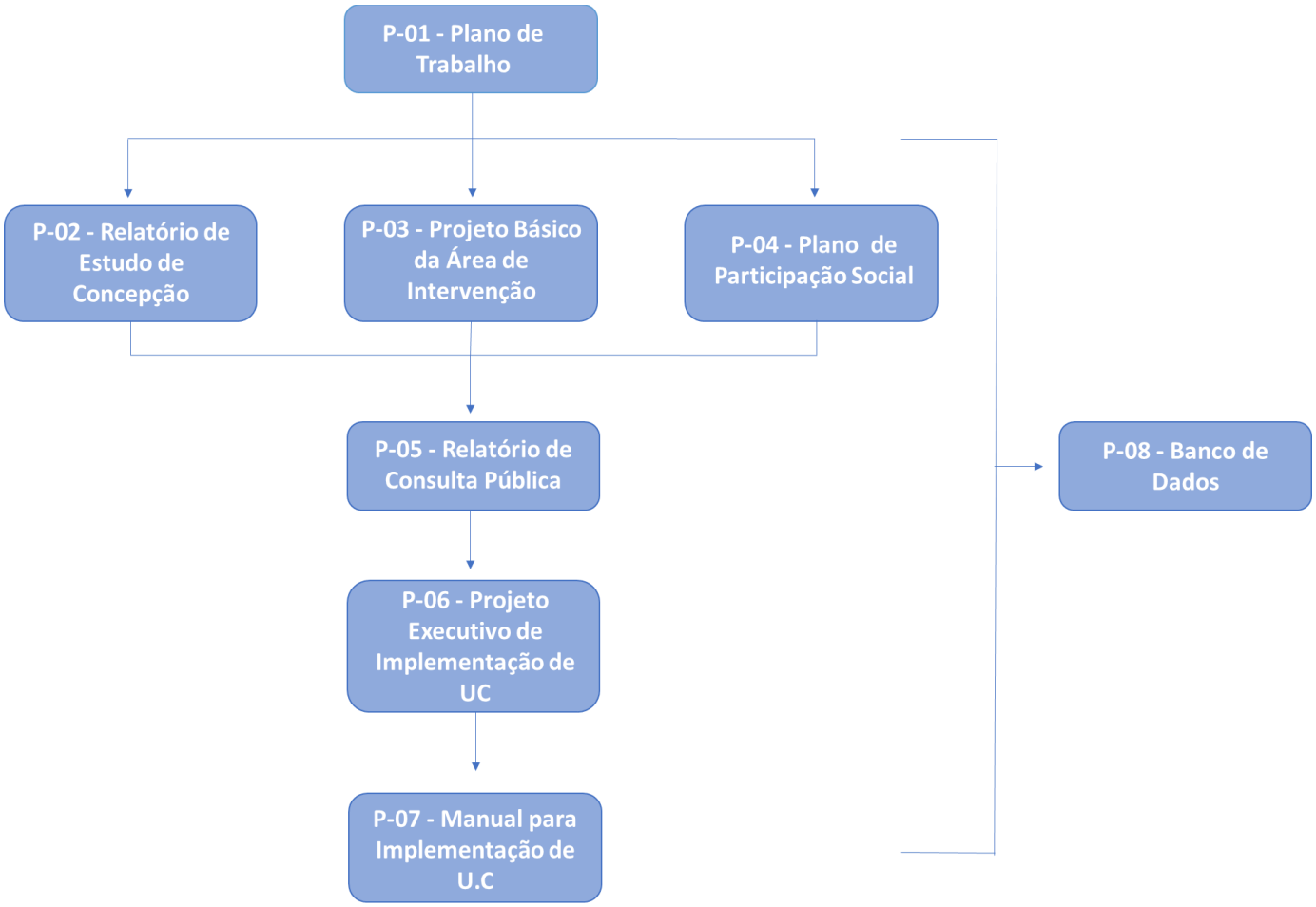
Tabela 4 - Relação de Etapas e Atividades a serem executadas durante o contrato.

TABELA DE ATIVIDADES	
ETAPA 01 - Plano de Trabalho	
Atividade 1.1	Emissão de ART
Atividade 1.2	Recolhimento de documentação
Atividade 1.3	Estabelecimento de metodologia para execução
Atividade 1.4	Planejamento Operacional
Atividade 1.5	Entrega do Plano de Trabalho
Atividade 1.6	Reunião Consultiva e Apresentação do Plano de Trabalho
Atividade 1.7	Entrega do Plano de Trabalho Consolidado
Atividade 1.8	Aprovação do Plano de Trabalho
ETAPA 02 - Relatório do Estudo de Concepção	

Atividade 2.1	Vistoria em campo
Atividade 2.2	Levantamento topográfico e Georreferenciamento da área
Atividade 2.3	Levantamento Fundiário e Cartorial
Atividade 2.4	Caracterização do território
Atividade 2.5	Diagnóstico de Fitossociologia
Atividade 2.6	Diagnóstico de Pedologia, Relevo e Geologia
Atividade 2.7	Diagnóstico sociocultural
Atividade 2.8	Diagnóstico socioeconômico
Atividade 2.9	Diagnóstico Hidrológico
Atividade 2.10	Diagnóstico legal
Atividade 2.11	Diagnóstico de fontes poluidoras
Atividade 2.12	Levantamento cartográfico
Atividade 2.13	Reunião Consultiva Apresentação do Relatório de Estudo de Concepção
Atividade 2.14	Entrega do Relatório do Estudo de Concepção
Atividade 2.15	Aprovação do Relatório de Estudo de Concepção
ETAPA 03 - Projeto Básico da Área de Intervenção	
Atividade 3.1	Elaboração e Submissão de Nota Técnica
Atividade 3.2	Aprovação de Nota Técnica
Atividade 3.3	Elaboração de planta de situação
Atividade 3.4	Reunião Consultiva e Apresentação do Projeto Básico da Área de Intervenção
Atividade 3.5	Entrega do Projeto Básico da Área de Intervenção
Atividade 3.6	Aprovação do Projeto Básico da Área de Intervenção
ETAPA 04 - Plano de Participação Social	
Atividade 4.1	Mapeamento dos atores
Atividade 4.2	Mobilização Social
Atividade 4.3	Estabelecimento de metodologia para a Oficina
Atividade 4.4	Estabelecimento de Plano de Ação Emergencial
Atividade 4.5	Entrega do Plano de Participação Social
Atividade 4.6	Reunião Consultiva e Apresentação do Plano de Participação Social
Atividade 4.7	Aprovação do Plano de Participação Social

ETAPA 05 - Relatório de Oficina DRP	
Atividade 5.1	Convocatória para Oficina
Atividade 5.2	Oficina DRP
Atividade 5.3	Lista de presença
Atividade 5.4	Registro de reunião
Atividade 5.5	Registro fotográfico
Atividade 5.6	Material de reunião utilizado
Atividade 5.7	Relatório de Oficina DRP
Atividade 5.8	Apresentação do Relatório da Oficina DRP
Atividade 5.9	Aprovação do Relatório do Plano de Participação Social
ETAPA 06 - Projeto Executivo de Implementação de UC	
Atividade 6.1	Projeto Executivo de Implementação de Unidade de Conservação (PEIUC)
Atividade 6.2	Orçamento e cronograma físico-financeiro de implantação
Atividade 6.3	Elaboração de Memorial de Cálculo
Atividade 6.4	Reunião Consultiva e Apresentação do Projeto Executivo de Implementação de UC
Atividade 6.5	Entrega do Projeto Executivo de Implementação de UC
Atividade 6.6	Aprovação do Projeto Executivo de Implementação de UC
ETAPA 07 - Manual para implementação de UC	
Atividade 7.1	Elaboração do MIUC
Atividade 7.2	Entrega do Manual para implementação de UC e da Minuta
Atividade 7.3	Reunião consultiva e Apresentação do Manual para implementação de UC e da Minuta
Atividade 7.4	Aprovação do Manual para implementação de UC e da Minuta
ETAPA 08 - Banco de Dados	
Atividade 8.1	Entrega do Banco de Dados

7.1. Fluxograma de Execução das Atividades



7.2. Cronograma Físico de Execução

CRONOGRAMA FÍSICO DE EXECUÇÃO												
PROD	DESCRIÇÃO	1 MÊS	2 MÊS	3 MÊS	4 MÊS	5 MÊS	6 MÊS	7 MÊS	8 MÊS	9 MÊS	10 MÊS	11 MÊS
1	Plano de Trabalho consolidado e reunião de apresentação											
2	Relatório do Estudo de concepção											
3	Projeto Básico da área de intervenção											
4	Plano de Participação Social											
5	Relatório da Oficina DRP											
6	Projeto Executivo de Implementação de Unidade de Conservação - PEIUC											
7	Manual para Implementação da Unidade de Conservação - MIUC											
8	Entrega do Banco de dados											

LEGENDA	
	Elaboração e adequação do produto
	Entrega do produto
	Retorno da análise
	Entrega da versão final do produto
	Trâmites de fiscalização contratual

8. PLANO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL

8.1. Introdução

A Lei n° 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) e estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação, juntamente com o Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que a regulamentou, estabeleceram diretrizes para a participação da sociedade civil na criação e gestão das Unidades de Conservação.

Com a finalidade de subsidiar a definição da localização, da dimensão e dos limites mais adequados para a unidade, a Oficina de Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) visa assegurar que populações locais, ambientalistas, pesquisadores, empresários e organizações da sociedade civil sejam informados e opinem sobre as propostas de criar, ampliar e mudar a categoria das UCs.

Por meio de reunião pública e participação da população local e outras partes interessadas, a Oficina DRP irá indicar, de modo claro e em linguagem acessível, as implicações para a população residente no interior e no entorno da unidade proposta, e deverá ser amplamente divulgada.

8.2. Metodologia

A metodologia para o desenvolvimento do Plano de Participação Social será baseada na Teoria da Mobilização Social (TORO e WERNECK, 1996). O processo de mobilização social envolverá três (03) etapas sequenciais, sendo estas:

- **Estruturação da rede de atores:** Consiste no planejamento da mobilização e a identificação dos setores que precisam ser mobilizados e os atores que se relacionam com eles.
- **Preparação de materiais:** Serão utilizados materiais de apoio (convites) com finalidade informativa e convocatória, facilitando e dando sustentação às ações de divulgação da Oficina DRP e seus objetivos.

Os convites elaborados para divulgação e chamamento para a oficina, modelo disponível para visualização na Figura 10, serão enviados digitalmente por *e-mail* para os atores relevantes. Caso não haja um número satisfatório de confirmações para a participação na oficina, como plano de emergência será feito contato telefônico direto, a fim de garantir a presença de representantes das entidades relevantes para a realização do serviço.

O mapeamento prévio das instituições e órgãos públicos relevantes a serem convidados a participar da Oficina DRP foram listados conforme Tabela 3, onde foram incluídos representantes da sociedade civil organizada, instituições governamentais, instituições de ensino, setor empresarial, lideranças comunitárias e Conselho Consultivo.

O modelo de identidade visual escolhido para a divulgação dos serviços realizados pode ser visualizado na Figura 11.

Figura 10 - Modelo do Convite a ser enviado digitalmente.

Figura 11 - Modelo de Identidade Visual.

- **Convocação:** Uma vez identificados os atores que precisam ser mobilizados, preparados os materiais básicos e o projeto de comunicação, será dado o início ao movimento.

  Primeiro, os atores serão procurados, informados sobre os propósitos e as expectativas e receber o convite. Caso possível ocorrerá conversas individuais com aqueles que forem mais significativos e cuja adesão for essencial para o sucesso da Oficina DRP.

  Em decorrência da atual pandemia de COVID-19, a Oficina DRP deverá ser realizada de maneira remota através de plataformas como o Google Meet, Microsoft Teams, Zoom, dentre outros. Será elaborada uma lista com os atores que serão convidados para a Oficina e devidas informações de contato como telefone (*whatsapp*) e e-mail. Uma vez definida a data da Oficina, os atores serão convidados através dos contatos fornecidos.

8.3. Oficina de Diagnóstico Rápido Participativo (DRP)

A Oficina de Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) visa assegurar que populações locais, ambientalistas, pesquisadores, profissionais liberais, empresários e organizações da sociedade civil sejam informados e opinem sobre as propostas de criar, ampliar e mudar a categoria das UCs.

A Oficina de Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) a ser realizada envolverá a ampla divulgação das informações acerca da proposta de criação da UC (Produto 03 – Projeto Básico da Área de Intervenção). A população será informada sobre os motivos da proposta de criar a unidade, é preciso esclarecê-la em relação aos seguintes aspectos:

- **Ecológico:** Será demonstrada a importância ecológica para a conservação da área com base em estudos sobre as espécies da flora e da fauna, os mananciais de água, os recursos naturais e outros atributos;
- **Social:** Serão apresentados informações e esclarecimentos de dúvidas sobre os aspectos sociais que serão acarretados pela possível criação de uma UC como atividades permitidas, se haverá desapropriações, possíveis meios de geração de emprego e renda;
- **Belezas Cênicas:** Será apresentado a importância da preservação de belezas cênicas e paisagens de valor único, sendo aspectos essenciais para criação das UCs.

Serão apresentadas informações à respeito do SNUC e definições e objetivos de cada categoria de UC proposta no Projeto Básico de Intervenção, além de esclarecer as principais dúvidas da população como questões de desapropriação e atividades permitidas em cada área.

O roteiro para a Oficina DRP contará com as seguintes atividades:

- **Abertura:** Leitura de pauta e apresentação dos objetivos;

- **Apresentações:** Apresentação do SNUC e categorias de UC de interesse, estudos técnicos e o Projeto Básico de Intervenção;

- **Esclarecimentos de dúvidas:** Será realizada durante tempo limitado para dirimir as principais dúvidas geradas;

- **Abertura para fala de representantes:** Será realizado o cadastramento prévio dos atores e/ou representantes de instituições para expor à plenária a sua posição ou de seu grupo;

- **Debate:** Abertura para fala após as apresentações e fala de representantes;

- **Encerramento:** Leitura e aprovação da ata de reunião e considerações finais da equipe técnica responsável.

9. RESULTADOS ESPERADOS

- Estabelecimento de um Diagnóstico Ambiental para as áreas de estudo;
- Categorização das possíveis UCs de acordo com o SNUC;
- Participação Social ampla através da Oficina de Diagnóstico Rápido Participativo (DRP);
- Projeto Executivo de Implementação de Unidade de Conservação (PEIUC) elaborado para execução imediata do projeto a partir de contratação;
- Manual para Implementação da Unidade de Conservação (MIUC) elaborado retratando as etapas que devem ser seguidas objetivando orientar o Comitê na implementação efetiva e apresentando na forma de minuta, os documentos necessários à concretização da UC ou mosaico.

10. MEDIÇÃO

O orçamento previsto para o Produto 01 é apresentado na Tabela 5:

Tabela 5 – Preço do Produto 1.

AGEVAP	**Contratação de serviços para a elaboração de estudo técnico para criação e implementação básica de unidade de conservação de proteção integral no trecho oeste da Baía de Guanabara.**							
		PRODUTO 1:	**Plano de Trabalho consolidado e reunião de apresentação**					**jun/21**
ITEM	**CÓDIGO**	**ESPECIFICAÇÃO**	**REMUNERAÇÃO**		**ALOCAÇÃO**	**CUSTOS**	**K**	**PREÇO**
			MENSAL	**HORÁRIA**	**HORAS**	**R$**		**R$**
1	**RECURSOS HUMANOS - EQUIPE PERMANENTE**					**1.220,00**	**K1**	**2.357,04**
1.1	P2	PROFISSIONAL PLENO	11.128,50	75	8	600	1,93	1.159,20
1.2	T2	TÉCNICO PLENO	3.709,50	25	20	500		966
1.3	T4	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	2.225,70	15	8	120		231,84
2	**RECURSOS HUMANOS - CONSULTORES**					**1.904,00**	**K2**	**3.235,09**
2.1	P4	ANALISTA DE SIG	8.828,61	59,5	8	476	1,7	808,77
2.1	P4	ESPECIALISTA EM PLANEJAMENTO	8.828,61	59,5	8	476		808,77
2.1	P4	ESPECIALISTA EM RESTAURAÇÃO FLORESTAL	8.828,61	59,5	8	476		808,77
2.1	P4	ESPECIALISTA EM MOBILIZAÇÃO	8.828,61	59,5	8	476		808,77
2.1	P4	MOBILIZADOR LOCAL	8.754,42	59	0	0		0
Item		**ESPECIFICAÇÃO**	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**	**CUSTO R$**		**K**	**PREÇO**
					UNITÁRIO	**TOTAL**		**R$**
3	**DESPESAS DIRETAS**					**357,82**	**K4**	**467,67**
3.1		Impressão colorida	unidade	100	0,9	90	1,3	117,63
3.2		Impressão de desenhos	unidade	3	6,98	20,94		27,37
3.3		CD	unidade	1	1,33	1,33		1,74
3.4		Encadernação pasta AZ	unidade	1	11,61	11,61		15,17
3.5		Diária	unidade	0	220	0		0
3.6		Visita	unidade	0	118	0		0
3.7		Anotação de responsabilidade Técnica - ART	unidade	1	233,94	233,94		305,76
VALOR TOTAL ESTIMADO DO ORÇAMENTO								**6.052,95**

Para demonstrar os recursos utilizados na execução do Produto 01 seguem abaixo itens detalhados:

- Profissional Pleno: foi alocado para este produto a quantidade de 8 horas de trabalho da coordenadora e responsável técnica;
- Técnica Plena e Auxiliar Administrativa: foi alocado para este produto a quantidade de 28 horas de trabalho da Profissional Responsável;
- Analista de SIG: foi alocado para este produto a quantidade de 8 horas de trabalho do Profissional Responsável;
- Especialista em Planejamento e em Restauração Florestal: foi alocado para este produto a quantidade de 16 horas de trabalho do Profissional Responsável;
- Especialista em Mobilização: foi alocado para este produto a quantidade de 8 horas de trabalho da Profissional Responsável;
- Impressão Colorida: a empresa, após a aprovação do produto, entregará ao gestor do contrato a versão final com seus respectivos anexos impressos;
- Impressão de desenhos: a empresa, após a aprovação do produto, entregará ao gestor do contrato a versão final com seus respectivos anexos impressos;
- CD: a empresa após a aprovação deste produto entregará ao gestor do contrato a versão final com seus respectivos anexos e documentos pertinentes de forma digital;
- Encadernação Pasta AZ: a empresa após a aprovação deste produto entregará ao gestor do contrato a versão final devidamente encadernada;
- Anotação de Responsabilidade Técnica (ART): conforme apresentada no Anexo I.

11. ANEXOS

ANEXO I - Anotação de Responsabilidade Técnica nº 2020210136675;

ANEXO II - Ata da reunião de apresentação do Produto 01 realizada no dia 30/06/2021;

ANEXO III - Apresentação do Plano de Trabalho (Produto 01).

_____

Bárbara Oliveira Trindade
Coordenadora e Responsável Técnica
Azevedo Consultoria Ambiental e Energética Ltda

12. REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO PRÓ-GESTÃO DAS ÁGUAS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL - AGEVAP (2020). **Ato Convocatório nº 25/2020.** Objeto: Contratação de serviços para a elaboração de estudo técnico para criação e implementação básica de unidade de conservação de proteção integral no trecho oeste da Baía de Guanabara;

ASSOCIAÇÃO PRÓ-GESTÃO DAS ÁGUAS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL - AGEVAP (2021). **ATLAS DA REGIÃO HIDROGRÁFICA V - Baía de Guanabara e Sistemas Lagunares de Maricá e Jacarepaguá**. 1ª Edição, 229p;

BANZATO, B. et al. Análise ambiental de unidades de conservação através dos métodos SWOT e GUT: O caso do parque estadual restinga de Bertioga. **REVISTA BRASILEIRA DE GESTÃO AMBIENTAL**. Pombal/PB, v.6, n.1, p. 38-49, jan-dez, 2012.

BRASIL (1981). Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília – DF;

BRASIL (1989). Decreto Federal nº 97.780 de 23 de maio de 1989. Cria a RESERVA BIOLÓGICA DO TINGUÁ, e dá outras providências, Brasília – DF;

BRASIL (2000). Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília – DF;

CHRISTENSEN, C. et al. **Business Policy: Textand** Cases. 5ª Edição. Homewood, IL: Irwin, 1982

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA (2006). **Plano de Manejo da Reserva Biológica (REBIO) do Tinguá,** 951p;

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBio (2021). **Rebio do Tinguá**. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-

br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/mata-atlantica/lista-de-ucs/rebio-do-tingua/rebio-do-tingua>. Acesso em: 02 de junho de 2021;

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA (2021). **RH V - Comitê da Região Hidrográfica da Baia de Guanabara e dos Sistemas Lagunares de Maricá e Jacarepaguá - CBH** BG. Disponível em: <http://www.inea.rj.gov.br/Portal/Agendas/GESTAODEAGUAS/RECURSOSHIDRICOS/Comitedebacias/ComiteBaiadeGuanabara/index.htm&lang=PT-BR>. Acesso em 02 de junho de 2021;

RIO DE JANEIRO. Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERHI (2013). Resolução nº 107 de 22 de maio de 2013. Aprova nova definição das Regiões Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro;

THE NATURE CONSERVANCY – USA. (2003). Natureza em Foco: **Avaliação Ecológica Rápida**. Arlington, Virginia, USA: The Nature Conservancy. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/naturezaemfoco.pdf. Acesso em: 15 jul. 2021.

TORO, J.B.A.; WERNECK, N.M.D**. Mobilização Social: um Modo de Construir a Democracia e a Participação**. Brasília: Unicef, 1996.

ANEXO I - Anotação de Responsabilidade Técnica nº 2020210136675

2ª Via - CONTRATANTE

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-RJ

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro

ART de Obra ou Serviço
2020210136675
INICIAL

1. Responsável Técnico

BARBARA OLIVEIRA TRINDADE

Título profissional:
ENGENHEIRA SANITARISTA E AMBIENTAL

RNP: 1414064268

Registro: 2016109697

Empresa contratada:
-

Registro: -

2. Dados do contrato

Contratante: ASSOC PRO-GESTAO DAS AGUAS DA BACIA HIDROG DO RIO P. DO SUL
RUA ELZA DA SILVA DUARTE

CPF/CNPJ: 05422000000101

Complemento: -

Bairro: MANEJO

Nº: 48

Cidade: RESENDE

UF: RJ

CEP: 27520005

Contrato: 010/2021/AGEVAP

Celebrado em: 27/05/2021

Tipo de Contratante: PESSOA JURIDICA DE DIREITO PUBLICO

Valor do Contrato: R$ 174.994,66

3. Dados da Obra/Serviço

RUA ELZA DA SILVA DUARTE

Complemento: -

Bairro: MANEJO

Nº: 48

Cidade: RESENDE

UF: RJ

CEP: 27520005

Data de Início: 01/07/2021

Previsão de término: 28/05/2022

Finalidade: AMBIENTAL

Código: -

Proprietário: ASSOC PRO-GESTAO DAS AGUAS DA BACIA HIDROG DO RIO P. DO SULCPF/CNPJ: 05422000000101

4. Atividade técnica

	Quantidade	Unidade	Pavimento
12 CONSULTORIA	6.000,00	ha	-
18 DIRECAO DE SERVICO TECNICO			
31 EXECUCAO DE SERVICO TECNICO			
12 CONSERVACAO			
19 DETALHAMENTO			
86 LEVANTAMENTO DE DADOS TECNICOS			
175 OUTROS			

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

SERVIÇOS PARA ELABORAÇÃO E ESTUDO TÉCNICO PARA CRIAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO BÁSICA DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL NO TRECHO OESTE DA BAÍA DE GUANABARA CONFORME CONTRATO N°010/2021/AGEVAP E AUTORIZAÇÃO DE INICIO DE EXECUÇÃO N°003/2021/CG02.

6. Declarações

Cláusula compromissória: qualquer conflito ou litígio originado do presente contrato, bem como sua interpretação ou execução, será resolvido por arbitragem, de acordo com a Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, por meio do Centro de Mediação e Arbitragem - CMA vinculado ao Crea-RJ, nos termos do respectivo regulamento por arbitragem que, expressamente, as partes declaram concordar.
Acessibilidade: Declara a aplicabilidade das regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, às atividades profissionais acima relacionadas.

7. Entidade de classe

NENHUMA

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Barra Mansa/RJ, 01 de julho de 21

BARBARA OLIVEIRA TRINDADE - 10145756645

ASSOC PRO-GESTAO DAS AGUAS DA BACIA HIDROG DO RIO P. DO SUL - 05422000000101

Fernanda Coladão Scudino
Diretora-Executiva
AGEVAP

Valor ART: R$233,94

Registrada em 08/07/2021

9. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea-RJ: www.crea-rj.org.br/servicos/autenticidade
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-rj.org.br/servicos/autenticidade.
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

www.crea-rj.org.br
Tel: (21) 2179-2007

atendimento@crea-rj.org.br
Rua Buenos Aires, 40 - Rio de Janeiro - RJ

CREA-RJ

Valor Pago R$233,94

Nosso Número: 28078570001151369

ANEXO II - Ata da reunião de apresentação do Produto 01 realizada no dia 30/06/2021

ATO CONVOCATÓRIO N°25/2020

ATA DE REUNIÃO

Contrato n°010/2021/AGEVAP

Autorização de Início de Execução n° 003/2021/CG02

Objeto: Prestação de serviços de elaboração de estudo técnico para criação e implementação básica de Unidade de Conservação de Proteção Integral no trecho Oeste da Baía de Guanabara, especificamente no entorno da Reserva Biológica do Tinguá.

No dia 30 de junho de 2021, às 14:16 horas, teve início a reunião com a presença do gestor do contrato Sr. Lucas Pacheco Charles e Sra. Ana Costa, ambos representantes da Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – AGEVAP; Sr. Leandro Travassos, representante da Associação Ecocidade; Sr. Luiz Mayr, representante do Inmetro; Sra. Paula Fernanda, representante da UNIG; Sr. Frederico Menezes Coelho, representante da CEDAE; Sra. Bárbara Oliveira Trindade, Sr. Caio Henrique da Silva Santos e Sra. Samira Alves Silva, representantes da empresa Azevedo Consultoria Ambiental e Energética Ltda. A reunião foi realizada de forma virtual, por videoconferência, cuja pauta incluiu: apresentação do Produto 01 - Plano de Trabalho, contemplando o objeto do serviço; apresentação da empresa e equipe técnica; área de estudo com detalhamento das atividades a serem desenvolvidas; fluxograma e cronograma de execução; resultados e perspectivas esperadas.

A Sra. Ana Costa iniciou a reunião introduzindo sobre a forma de avaliação e análise dos produtos pela AGEVAP, onde o Produto Final é entregue, analisado e corrigido dentro de um prazo de 10 dias por meio de reunião a fim de manter o produto consolidado conforme a demanda local e a demanda do serviço. A Sra. Ana deu a palavra ao Sr. Lucas Pacheco Charles, que se apresentou como gestor do referido contrato. Após, houve a

apresentação em sequência do Sr. Leandro Travassos, do Sr. Luiz Mayr e da Sra. Bárbara Oliveira Trindade. A Sra. Bárbara se apresentou como representante técnica da Empresa Azevedo Consultoria Ambiental e Energética LTDA, e apresentou o Sr. Caio Henrique da Silva Santos como o biólogo da empresa.

Após isso, a Sra. Bárbara seguiu com a apresentação oficial do Produto 1, que é a primeira etapa do serviço a ser prestado ao Comitê de Bacia da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara e Sistemas Lagunares Maricá-Guarapina e Jacarepaguá – CBH-BG, que tem como objetivo elaborar um estudo técnico para criação e implementação básica de Unidade de Conservação de Proteção Integral no trecho oeste da Baía de Guanabara. Esse Produto 01 é o Plano de Trabalho em si no qual constam os dados do Contrato, os procedimentos padrões e métodos de acordo com o Termo de Referência exigido. Informou que a empresa Azevedo participou da seleção de propostas e foi a vencedora, gerando o Instrumento Contratual nº 010/2021/AGEVAP, que tem prazo estimado de 11 meses. Apresentou o mapa da Bacia Hidrográfica da Baía de Guanabara e o mapa das áreas de estudo propostas, e informou que o Sr. Caio irá explicar melhor posteriormente sobre as áreas. A Sra. Bárbara iniciou contando a história da Azevedo, sua infraestrutura, equipamentos, equipe e serviços similares. A equipe técnica é composta pela Sra. Bárbara Oliveira Trindade, Sra. Samira Alves Silva, Sr. Lucas Borsatto Feijó, Sr. Caio Henrique da Silva Santos, Sra. Milena Rody de Souza e Sr. Carlos Soares da Silva, e foi apresentada com seus respectivos currículos e cargos para o referido serviço, e a Sra. Bárbara informou que os currículos já foram enviados em anexo para o Sr. Lucas e deu a palavra para o Sr. Caio, que iniciou a fala sobre as áreas de estudo propostas.

O Sr. Caio se apresentou e falou sobre as áreas de estudo propostas e as etapas das atividades a serem feitas no contrato. O trabalho será realizado na bacia hidrográfica da Baía de Guanabara, configurando a região Hidrográfica V do estado do Rio de Janeiro, determinada pela Resolução do

Conselho Estadual de Recursos Hídricos de 2013, e engloba diversos municípios do estado. As seis áreas de estudo propostas englobam os municípios de Petrópolis, Nova Iguaçu e Duque de Caxias, próximos à REBIO do Tinguá, e o Sr. Caio as mostrou e especificou com o auxílio de mapas. Durante a explicação sobre as áreas de estudo propostas numeradas de 1 a 6, houve certa instabilidade na apresentação *online,* devido a conexão da internet. O Sr. Caio informou que a partir do Edital, do Termo de Referência e do Contrato, foi feito um planejamento operacional para a execução do serviço, sendo elaboradas as atividades a serem seguidas em cada etapa, e que todos os produtos serão entregues para análise, reunião consultiva, correção pela AGEVAP, entrega do produto consolidado e aprovação do mesmo.

Houveram problemas técnicos relacionados à conexão de rede por parte da Azevedo, e enquanto isso, houve uma contestação que partiu da Sra. Paula sobre a existência de assentamentos rurais, aglomerações urbanas e de moradias próximas e dentro das áreas de estudo propostas e a sua preocupação sobre a implementação de unidade de conservação de proteção integral. O Sr. Leandro disse que ainda será feito o estudo, e a Sra. Paula perguntou se ele estava ciente sobre a existência de aglomerações de pessoas nas áreas. A conclusão do Sr. Leandro acerca da contestação foi que ainda será feito um estudo técnico para avaliar a possibilidade de criação da referida UC próximo à REBIO do Tinguá e que o GT estará presente em todas as etapas do trabalho para ter um controle de todas as questões que englobam a possível criação de uma UC no local. A Sra. Paula continuou argumentando sobre a criação da UC em assentamentos urbanos, e disse que irá aguardar o prosseguimento da apresentação. O Sr. Leandro informou que a atuação do GT é para fornecer auxílio de todas as questões que englobem o serviço. Assim, a contestação foi finalizada.

Depois, o Sr. Caio deu continuidade na apresentação, falando sobre cada uma das 8 etapas e as respectivas atividades e metodologias dentro dessas a fim de elaborar cada produto solicitado. Informou que as vistorias

começarão a ser feitas na semana seguinte e executarão os estudos para os Produtos 2 e 4 simultaneamente. O Sr. Caio destacou a participação social, serão convidados o maior número possível de atores para participar do estudo, além de ter um plano emergencial para garantir a participação das instituições locais, a fim de ouvir todas as considerações das comunidades próximas para verificar a possibilidade de criação de UC de proteção integral próximo à REBIO do Tinguá. Todo o passo a passo para o serviço será feito a partir do Termo de Referência e seguindo metodologias que serão aprovadas para cada trabalho. O Sr. Caio finalizou a apresentação e deixou espaço aberto para dúvidas e considerações do grupo.

A Sra. Paula falou novamente que, segundo a apresentação, será criada uma UC dentro de áreas urbanizadas e com ocupações, mas que irá esperar os próximos passos referentes às metodologias dos próximos produtos e quais atores serão convidados para a etapa de participação social. O Sr. Leandro retomou a palavra frente às contestações da Sra. Paula e disse que será feito um estudo e que as áreas apresentadas são apenas propostas, e não definitivas, e que todo o Grupo de Trabalho atuará para auxiliar e ainda verificar a possibilidade da criação de UC de proteção integral ou de outra categoria. Informou que as contribuições da Sra. Paula são aceitas, porém não vê nenhuma forma de antagonismo frente à preservação da área e a existência de aglomerações urbanas. A Sra. Paula retomou a palavra e enfatizou a questão de desapropriação e que se preocupa com essa questão, e o Sr. Leandro disse que a existência de áreas de conservação da natureza existe simultaneamente com a existência de assentamentos urbanos, e a Sra. Paula disse que sua visão é diferente e que mandará suas contribuições perante ao Plano de Trabalho por escrito. A discussão foi encerrada, e o Sr. Caio informou que o desenvolvimento do trabalho prevê a consulta de todos os atores envolvidos na criação da UC e que as áreas não são definitivas e podem ser adaptadas de acordo com a necessidade local a fim de realizar a conservação da área na forma de uma UC, e o Sr. Leandro se mostrou de acordo com essa afirmação. Também foi mencionada a questão de desapropriação, e o Sr. Caio reforçou

que será feito todo o estudo e avaliação da área antes da implementação da UC, conforme foi afirmado pelos demais participantes da reunião. O Sr. Frederico Menezes Coelho perguntou sobre a integração da REBIO do Tinguá nas áreas de estudo propostas, e foi respondido que a REBIO não tem mais uma administração centralizada, o que dificulta a proteção, e o Sr. Frederico informou que acha muito válido o trabalho realizado pela Azevedo. A Sra. Paula falou novamente que as áreas devem ser protegidas, porém de forma diferente da proposta, exemplificando RPPN e falou sobre importância de rever os planos diretores, e o Sr. Caio contribuiu informando a Sra. Paula que ainda não foi definida nenhuma questão relacionada à desapropriação, e que haverá um estudo em todas as áreas propostas para verificar a viabilidade de proteção no entorno da REBIO do Tinguá.

O Sr. Lucas informou que receberá as considerações sobre a reunião e sobre o Plano de Trabalho até a próxima segunda-feira às 9 horas e que assinará a ordem de serviço até o final do dia para enviar para a Sra. Bárbara. Foi perguntado se havia alguma discordância com relação ao prazo ofertado pelo Sr. Lucas e todos estavam de acordo. O Sr. Luiz apontou para o desenho das áreas de estudo propostas nos mapas apresentados e o Sr. Leandro informou mais sobre a questão de desapropriação, principalmente na localidade de Xerém, e que o GT está trabalhando para estudar as áreas, e não decretar previamente o local de criação de uma UC. Informou que irá enviar contribuições para o plano de trabalho até o horário de 9 horas na próxima segunda-feira, como proposto pelo Sr. Lucas.

Por não haver mais nada a ser tratado, a Sra. Bárbara agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às 15:25 horas.

_____

Ana Costa
Representante
AGEVAP

_____

Frederico Menezes Coelho
Representante
CEDAE

_____

João Paulo Paulino Coimbra
Especialista em Recursos Hídricos
AGEVAP

_____

Leandro Travassos
Representante
Associação Ecocidade

_____

Lucas Pacheco Charles
Especialista em Recursos Hídricos
AGEVAP

_____

Luiz Roberto Mayr
Convidado e Representante
Inmetro

_____

Paula Fernanda
Representante
Universidade Iguaçu

_____

Bárbara Oliveira Trindade
Coordenadora e Responsável Técnica
Azevedo Consultoria Ambiental e Energética Ltda

_____

Caio Henrique da Silva Santos
Especialista em Planejamento e Restauração Florestal
Azevedo Consultoria Ambiental e Energética Ltda

Samira Alves Silva
Técnica Plena e Auxiliar Administrativa
Azevedo Consultoria Ambiental e Energética Ltda

ANEXO III - Apresentação do Plano de Trabalho (Produto 01)

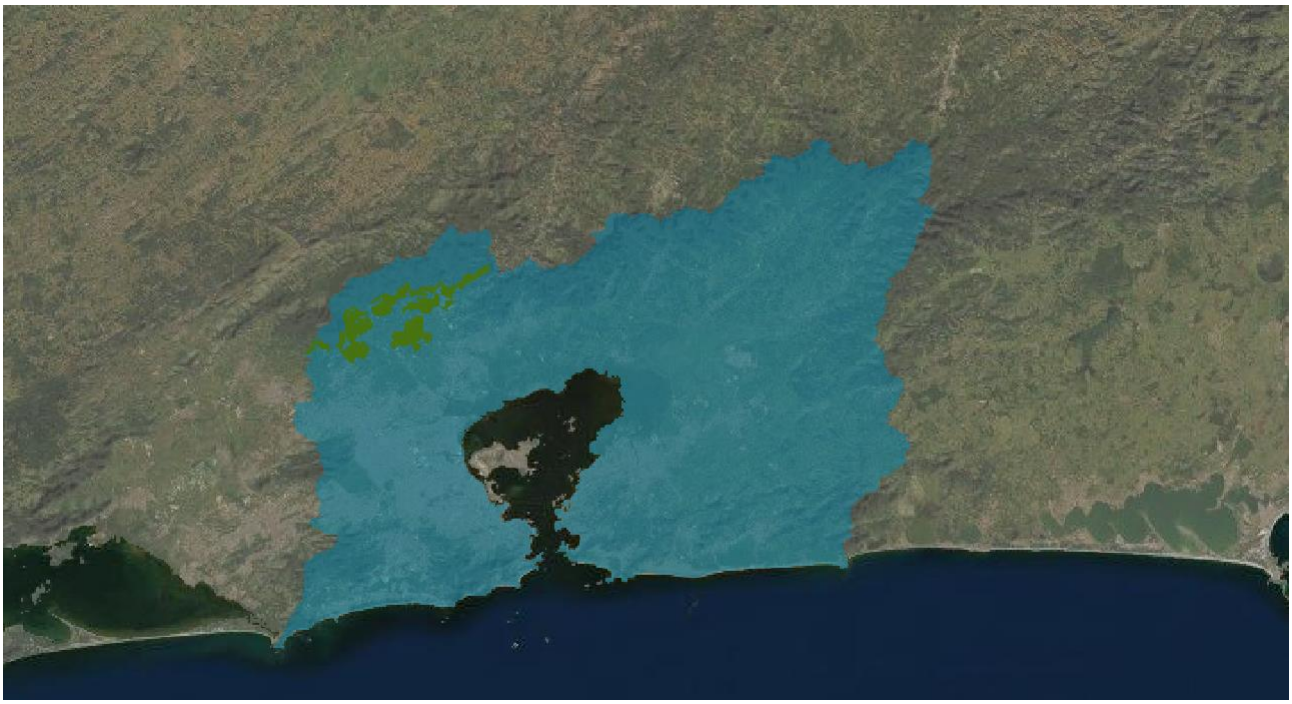
PRODUTO 01 - Plano de Trabalho

Estudo técnico para criação e implementação básica de Unidade de Conservação de Proteção Integral no trecho oeste da Baía de Guanabara

30 de junho de 2021

Apresentação

A Azevedo Consultoria Ambiental e Energética Ltda., empresa consultora em soluções e estudos ambientais, detentora do Contrato n°010/2021/AGEVAP, declarada vencedora do Ato Convocatório nº 25/2020, apresenta o Plano de Trabalho (Produto 01) para execução de estudo técnico para criação e implementação básica de unidade de conservação de proteção integral no trecho Oeste da Baía de Guanabara, especificamente no entorno da Reserva Biológica do Tinguá.



Mapa de Situação das Áreas de Estudo

Um pouco sobre a empresa

A Azevedo Consultoria Ambiental e Energética foi fundada há 10 anos com objetivo de inovar e satisfazer a demanda na área ambiental, buscando ser referência através da confiança estabelecida entre clientes, parceiros e órgãos ambientais.

Com sede no município de Barra Mansa, possui escritório amplo com estrutura adequada. Sua equipe técnica conta com profissionais qualificados, com grande experiência na área ambiental e atuação multidisciplinar.

Veiculo próprio utilizado em campo.
Fonte: Azevedo, 2021.

GPS Geodésico.
Fonte: Azevedo, 2021.

Drone.
Fonte: Azevedo, 2021.

Equipamentos da Empresa

Plano de Manejo REVIS Vale dos Puris.
Fonte: Azevedo, 2020.

Vistoria Técnica - REVIS Vale dos Puris.
Fonte: Azevedo, 2020.

Cachoeira REVIS Vale dos Puris.
Fonte: Azevedo, 2020.

Coleta – Programa de Monitoramento
Fonte: Azevedo, 2020.

Coleta – Programa de Monitoramento
Fonte: Azevedo, 2020.

Coleta – Programa de Monitoramento
Fonte: Azevedo, 2020.

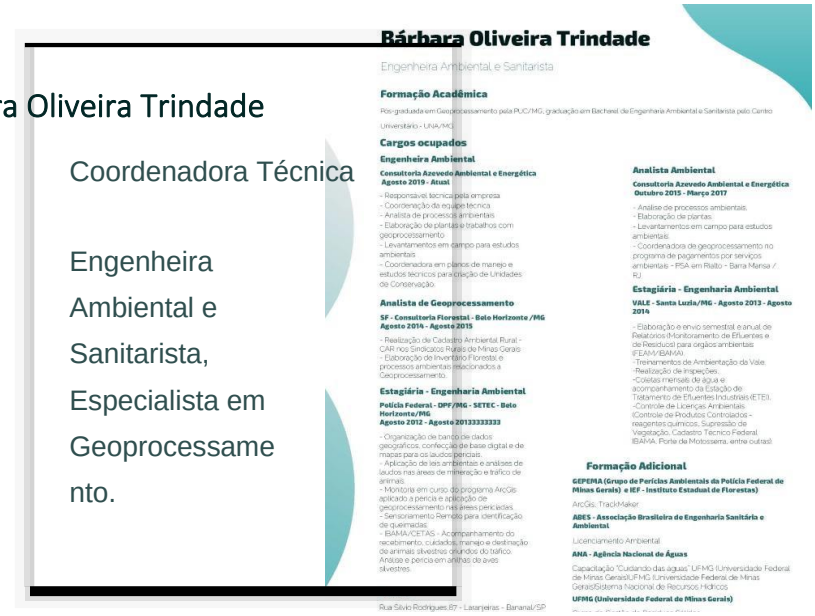
Fotos de alguns serviços de campo

EquipeTécnica

Barbara Oliveira Trindade

Coordenadora Técnica

Engenheira Ambiental e Sanitarista, Especialista em Geoprocessamento.



Bárbara Oliveira Trindade

Engenheira Ambiental e Sanitarista

Formação Acadêmica

Pós-graduada em Geoprocessamento pela PUC/MG, graduação em Bacharel de Engenharia Ambiental e Sanitarista pelo Centro Universitário - UNA/MG

Cargos ocupados

Engenheira Ambiental
Consultoria Azevedo Ambiental e Energética
Agosto 2019 - Atual

- Responsável técnica pela empresa
- Coordenação da equipe técnica
- Analista de processos ambientais
- Elaboração de plantas e trabalhos com geoprocessamento
- Levantamentos em campo para estudos ambientais
- Coordenadora em planos de manejo e estudos técnicos para criação de Unidades de Conservação

Analista de Geoprocessamento
SF - Consultoria Florestal - Belo Horizonte /MG
Agosto 2014 - Agosto 2015

- Realização de Cadastro Ambiental Rural - CAR nos Sindicatos Rurais de Minas Gerais
- Elaboração de Inventário Florestal e processos ambientais relacionados a Geoprocessamento.

Estagiária - Engenharia Ambiental
Polícia Federal - DPF/MG - SETEC - Belo Horizonte/MG
Agosto 2012 - Agosto 20133333333

- Organização de banco de dados geográficos, confecção de base digital e de mapas para os laudos periciais.
- Aplicação de leis ambientais e análises de laudos nas áreas de mineração e tráfico de animais.
- Monitoria em curso do programa ArcGis aplicado a perícia e aplicação de geoprocessamento nas áreas periciadas.
- Sensoriamento Remoto para identificação de queimadas.
- IBAMA/CETAS - Acompanhamento do recebimento, cuidados, manejo e destinação de animais silvestres oriundos do tráfico. Análise e perícia em aninhas de aves silvestres.

Analista Ambiental
Consultoria Azevedo Ambiental e Energética
Outubro 2015 - Março 2017

- Análise de processos ambientais.
- Elaboração de plantas.
- Levantamentos em campo para estudos ambientais.
- Coordenadora de geoprocessamento no programa de pagamentos por serviços ambientais - PSA em Rialto - Barra Mansa / RJ.

Estagiária - Engenharia Ambiental
VALE - Santa Luzia/MG - Agosto 2013 - Agosto 2014

- Elaboração e envio semestral e anual de Relatórios (Monitoramento de Efluentes e de Resíduos) para orgãos ambientais (FEAM/IBAMA).
- Treinamentos de Ambientação da Vale.
- Realização de Inspeções.
- Coletas mensais de água e acompanhamento da Estação de Tratamento de Efluentes Industriais (ETE).
- Controle de Licenças Ambientais (Controle de Produtos Controlados - reagentes químicos, Supressão de Vegetação, Cadastro Técnico Federal, IBAMA, Ponte de Motossema, entre outras).

Formação Adicional

GEPEMA (Grupo de Perícias Ambientais da Polícia Federal de Minas Gerais) e IEF - Instituto Estadual de Florestas)
ArcGis, TrackMaker

ABES - Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental
Licenciamento Ambiental

ANA - Agência Nacional de Águas
Capacitação "Cuidando das águas" UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais)/UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais)/Sistema Nacional de Recursos Hídricos

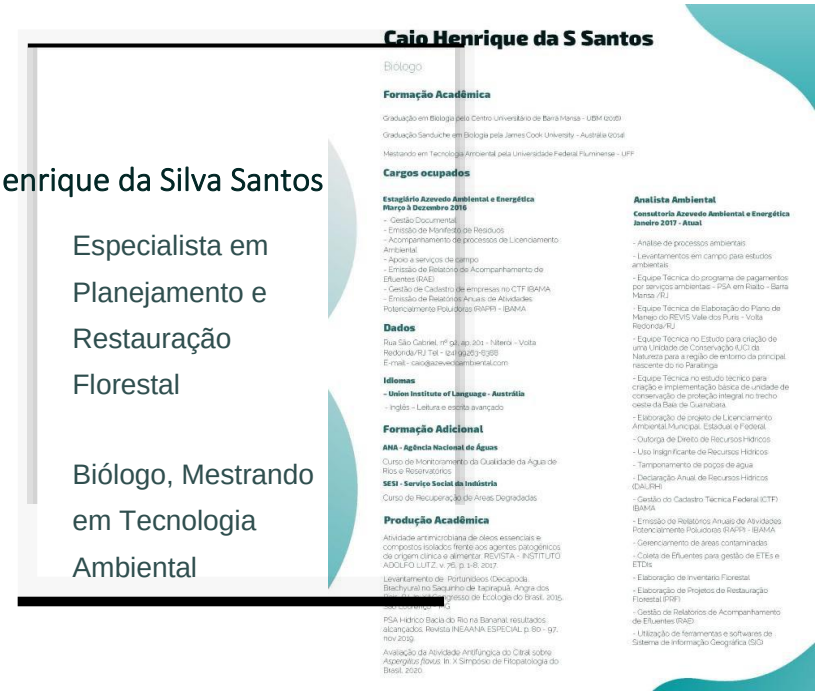
UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais)

Rua Silvio Rodrigues,87 - Lasanjeiras - Bananal/SP

Caio Henrique da Silva Santos

Especialista em Planejamento e Restauração Florestal

Biólogo, Mestrando em Tecnologia Ambiental



Caio Henrique da S Santos

Biólogo

Formação Acadêmica

Graduação em Biologia pelo Centro Universitário de Barra Mansa - UBM (2018)

Graduação Sanduíche em Biologia pela James Cook University - Austrália (2014)

Mestrando em Tecnologia Ambiental pela Universidade Federal Fluminense - UFF

Cargos ocupados

Estagiário Azevedo Ambiental e Energética
Março à Dezembro 2016

- Gestão Documental
- Emissão de Manifesto de Resíduos
- Acompanhamento de processos de Licenciamento Ambiental
- Apoio a serviços de campo
- Emissão de Relatório de Acompanhamento de Efluentes (RAE)
- Gestão de Cadastro de empresas no CTF IBAMA
- Emissão de Relatórios Anuais de Atividades Potencialmente Poluidoras (RAPP) - IBAMA

Dados

Rua São Gabriel, nº 92, ap 201 - Niterói - Volta Redonda/RJ Tel - (24) 99263-8388
E-mail - ceo@azevedoambiental.com

Idiomas

- União Instituto of Language - Austrália

- Inglês - Leitura e escrita avançado

Formação Adicional

ANA - Agência Nacional de Águas
Curso de Monitoramento da Qualidade da Água de Rios e Reservatórios

SESI - Serviço Social da Indústria
Curso de Recuperação de Áreas Degradadas

Produção Acadêmica

Atividade antimicrobiana de óleos essenciais e compostos isolados frente aos agentes patogênicos de origem clínica e alimentar. REVISTA - INSTITUTO ADOLFO LUTZ, v. 76, p. 1-8, 2017.

Levantamento de Portunideos (Decapoda, Brachyura) no Saquarinho de Itaipuaçú, Angra dos [illegible]. Congresso de Ecologia do Brasil, 2015, [illegible]

PSA Hídrico Bacia do Rio na Bananal: resultados alcançados. Revista INEAANA ESPECIAL, p. 80 - 97, nov 2019.

Avaliação da Atividade Antifúngica do Citral sobre *Aspergillus flavus*. In: X Simpósio de Micopatologia do Brasil, 2020.

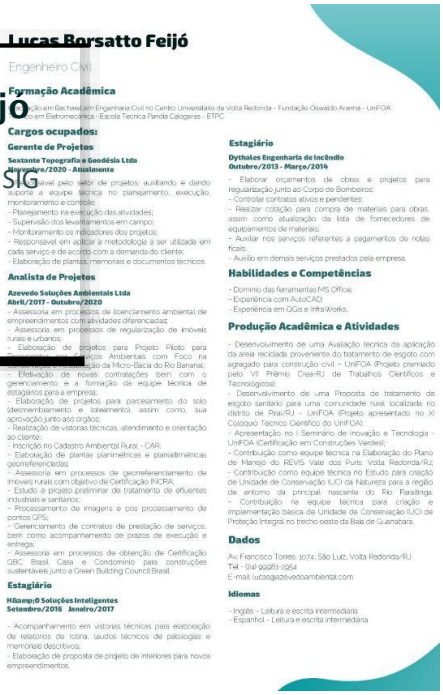
Analista Ambiental
Consultoria Azevedo Ambiental e Energética
Janeiro 2017 - Atual

- Análise de processos ambientais
- Levantamentos em campo para estudos ambientais
- Equipe Técnica do programa de pagamentos por serviços ambientais - PSA em Rialto - Barra Mansa /RJ.
- Equipe Técnica de Elaboração do Plano de Manejo do REVIS Vale dos Purís - Volta Redonda/RJ
- Equipe Técnica no Estudo para criação de uma Unidade de Conservação (UC) da Natureza para a região de entorno da principal nascente do rio Paraíbuna
- Equipe Técnica no estudo técnico para criação e implementação básica de unidade de conservação de proteção integral no trecho oeste da Baía de Guanabara.
- Elaboração de projeto de Licenciamento Ambiental Municipal, Estadual e Federal.
- Outorga de Direito de Recursos Hídricos
- Uso Insignificante de Recursos Hídricos
- Tamponamento de poços de água
- Declaração Anual de Recursos Hídricos (DAURH)
- Gestão do Cadastro Técnica Federal (CTF) IBAMA
- Emissão de Relatórios Anuais de Atividades Potencialmente Poluidoras (RAPP) - IBAMA
- Gerenciamento de áreas contaminadas
- Coleta de Efluentes para gestão de ETEs e ETDs
- Elaboração de Inventário Florestal
- Elaboração de Projetos de Restauração Florestal (PRF)
- Gestão de Relatórios de Acompanhamento de Efluentes (RAE)
- Utilização de ferramentas e softwares de Sistema de Informação Geográfica (SIG)

Lucas Borsatto Feijó

Especialista em Análise de SIG

Engenheiro Civil



Lucas Borsatto Feijó

Engenheiro Civil

Formação Acadêmica

[illegible] em Bacharel em Engenharia Civil no Centro Universitário de Volta Redonda - Fundação Oswaldo Aranha - UniFOA
[illegible] em Eletromecânica - Escola Técnica Panda Calogeras - ETPC

Cargos ocupados:

Gerente de Projetos

Sextante Topografia e Geodésia Ltda
Janeiro/2020 - Atualmente

- Responsável pelo setor de projetos; auxiliando e dando suporte a equipe técnica no planejamento, execução, monitoramento e controle;
- Planejamento na execução das atividades;
- Supervisão dos levantamentos em campo;
- Monitoramento os indicadores dos projetos;
- Responsavel em adotar a metodologia a ser utilizada em cada serviço e de acordo com a demanda do cliente;
- Elaboração de plantas, memoriais e documentos técnicos.

Analista de Projetos

Azevedo Soluções Ambientais Ltda
Abril/2017 - Outubro/2020

- Assessoria em processos de licenciamento ambiental de empreendimentos com atividades diferenciadas;
- Assessoria em processos de regularização de imóveis rurais e urbanos;
- Elaboração de projetos para Projeto Piloto para [illegible] Ambientais com Foco na [illegible] da Micro-Bacia do Rio Banarra;
- Efetivação de novas contratações bem com o gerenciamento e a formação da equipe técnica de estagiários para a empresa;
- Elaboração de projetos para parcelamento do solo (desmembramento e loteamento), assim como, sua aprovação junto aos orgãos;
- Realização de vistorias técnicas, atendimento e orientação ao cliente;
- Inscrição no Cadastro Ambiental Rural - CAR;
- Elaboração de plantas planimetricas e planialtimetricas georeferenciadas;
- Assessoria em processos de georreferenciamento de imoveis rurais com objetivo de Certificação INCRA;
- Estudo e projeto preliminar de tratamento de efluentes industriais e sanitários;
- Processamento de imagens e pos processamento de pontos GPS;
- Gerenciamento de contratos de prestação de serviços, bem como acompanhamento de prazos de execução e entregas;
- Assessoria em processos de obtenção de Certificação GBC Brasil Casa e Condomínio para construções sustentáveis junto a Green Building Council Brasil.

Estagiário

H&Eamp;D Soluções Inteligentes
Setembro/2016 Janeiro/2017

- Acompanhamento em vistorias técnicas para elaboração de relatórios de rotina, laudos técnicos de patologias e memoriais descritivos;
- Elaboração de proposta de projeto de interiores para novos empreendimentos.

Estagiário

Dythales Engenharia de Incêndio
Outubro/2013 - Março/2014

- Elaborar orçamentos de obras e projetos para regularização junto ao Corpo de Bombeiros;
- Controlar contratos ativos e pendentes;
- Realizar cotação para compra de materiais para obras, assim como atualização da lista de fornecedores de equipamentos de materiais;
- Auxiliar nos serviços referentes a pagamentos de notas ficais;
- Auxílio em demais serviços prestados pela empresa.

Habilidades e Competências

- Domínio das ferramentas MS Office;
- Experiência com AutoCAD;
- Experiência em QGis e InfraWorks.

Produção Acadêmica e Atividades

- Desenvolvimento de uma Avaliação técnica da aplicação da areia reciclada proveniente do tratamento de esgoto com agregado para construção civil - UniFOA (Projeto premiado pelo VII Prêmio Crea-RJ de Trabalhos Científicos e Tecnológicos);
- Desenvolvimento de uma Proposta de tratamento de esgoto sanitário para uma comunidade rural localizada no distrito de Praia/RJ - UniFOA (Projeto apresentado no XI Colóquio Técnico Científico do UniFOA);
- Apresentação no I Seminário de Inovação e Tecnologia - UniFOA (Certificação em Construções Verdes);
- Contribuição como equipe técnica na Elaboração do Plano de Manejo do REVIS Vale dos Puris. Volta Redonda/RJ;
- Contribuição como equipe técnica no Estudo para criação de Unidade de Conservação (UC) da Natureza para a região de entorno da principal nascente do Rio Paraitinga;
- Contribuição na equipe técnica para criação e implementação básica de Unidade de Conservação (UC) de Proteção Integral no trecho oeste da Baía de Guanabara.

Dados

Av. Francisco Torres, 1074, São Luiz, Volta Redonda/RJ.
Tel - (24) 99281-3954
E-mail: lucas@azevedoambiental.com

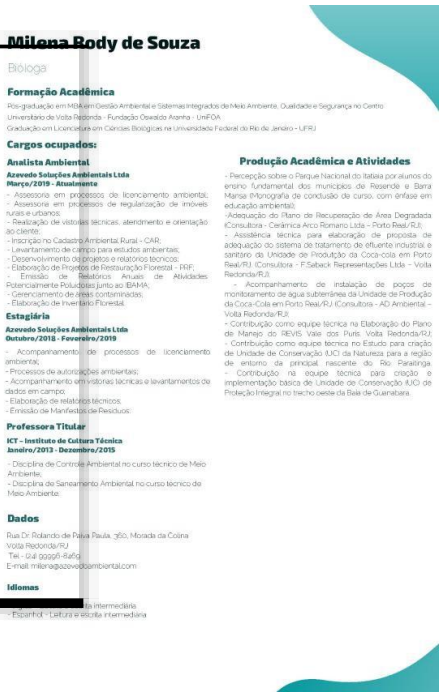
Idiomas

- Inglês – Leitura e escrita intermediária
- Espanhol - Leitura e escrita intermediária

Milena Rody de Souza

Especialista em Mobilização Social

Bióloga, MBA em Gestão Ambiental e Sistemas Integrados de Meio Ambiente, Qualidade e Segurança



Milena Rody de Souza

Bióloga

Formação Acadêmica

Pós-graduação em MBA em Gestão Ambiental e Sistemas Integrados de Meio Ambiente, Qualidade e Segurança no Centro Universitário de Volta Redonda - Fundação Oswaldo Aranha - UniFOA.
Graduação em Licenciatura em Ciências Biológicas na Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.

Cargos ocupados:

Analista Ambiental

Azevedo Soluções Ambientais Ltda
Março/2019 - Atualmente

- Assessoria em processos de licenciamento ambiental;
- Assessoria em processos de regularização de imóveis rurais e urbanos;
- Realização de vistorias técnicas, atendimento e orientação ao cliente;
- Inscrição no Cadastro Ambiental Rural - CAR;
- Levantamento de campo para estudos ambientais;
- Desenvolvimento de projetos e relatórios técnicos;
- Elaboração de Projetos de Restauração Florestal - PRF;
- Emissão de Relatórios Anuais de Atividades Potencialmente Poluidoras junto ao IBAMA;
- Gerenciamento de áreas contaminadas;
- Elaboração de Inventário Florestal.

Estagiária

Azevedo Soluções Ambientais Ltda
Outubro/2018 - Fevereiro/2019

- Acompanhamento de processos de licenciamento ambiental;
- Processos de autorizações ambientais;
- Acompanhamento em vistorias técnicas e levantamentos de dados em campo;
- Elaboração de relatórios técnicos;
- Emissão de Manifestos de Resíduos.

Professora Titular

ICT – Instituto de Cultura Técnica
Janeiro/2013 - Dezembro/2015

- Disciplina de Controle Ambiental no curso técnico de Meio Ambiente;
- Disciplina de Saneamento Ambiental no curso técnico de Meio Ambiente.

Dados

Rua Dr. Rolando de Paiva Paula, 360, Morada da Colina
Volta Redonda/RJ
Tel - (24) 99998-8469
E-mail: milena@azevedoambiental.com

Idiomas

[illegible] intermediária
- Espanhol - Leitura e escrita intermediária

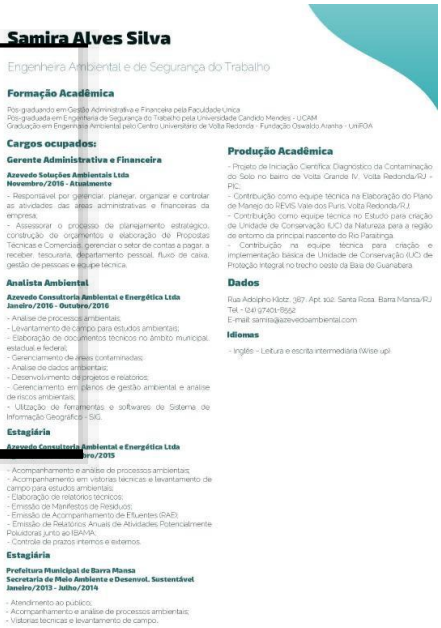
Produção Acadêmica e Atividades

- Percepção sobre o Parque Nacional do Itatiaia por alunos do ensino fundamental dos municípios de Resende e Barra Mansa (Monografia de conclusão de curso, com ênfase em educação ambiental);
- Adequação do Plano de Recuperação de Área Degradada (Consultora - Cerâmica Arco Romano Ltda – Porto Real/RJ);
- Assistência técnica para elaboração de proposta de adequação do sistema de tratamento de efluente industrial e sanitário da Unidade de Produção da Coca-cola em Porto Real/RJ. (Consultora - F.Seback Representações Ltda – Volta Redonda/RJ);
- Acompanhamento de instalação de poços de monitoramento de água subterrânea da Unidade de Produção da Coca-Cola em Porto Real/RJ. (Consultora - AD Ambiental – Volta Redonda/RJ);
- Contribuição como equipe técnica na Elaboração do Plano de Manejo do REVIS Vale dos Puris. Volta Redonda/RJ;
- Contribuição como equipe técnica no Estudo para criação de Unidade de Conservação (UC) da Natureza para a região de entorno da principal nascente do Rio Paraitinga;
- Contribuição na equipe técnica para criação e implementação básica de Unidade de Conservação (UC) de Proteção Integral no trecho oeste da Baía de Guanabara.

Samira Alves Silva

Técnica Plena e Auxiliar Administrativa

Engenheira ambiental, Especialista em Eng. De Segurança do Trabalho



Samira Alves Silva

Engenheira Ambiental e de Segurança do Trabalho

Formação Acadêmica

Pós-graduando em Gestão Administrativa e Financeira pela Faculdade Única.
Pós-graduada em Engenharia de Segurança do Trabalho pela Universidade Candido Mendes - UCAM
Graduação em Engenharia Ambiental pelo Centro Universitário de Volta Redonda - Fundação Oswaldo Aranha - UniFOA

Cargos ocupados:

Gerente Administrativa e Financeira

Azevedo Soluções Ambientais Ltda
Novembro/2016 - Atualmente

- Responsável por gerenciar, planejar, organizar e controlar as atividades das áreas administrativas e financeiras da empresa;
- Assessorar o processo de planejamento estratégico, construção de orçamentos e elaboração de Propostas Técnicas e Comerciais; gerenciar o setor de contas a pagar a receber, tesouraria, departamento pessoal, fluxo de caixa, gestão de pessoas e equipe técnica.

Analista Ambiental

Azevedo Consultoria Ambiental e Energética Ltda
Janeiro/2016 - Outubro/2016

- Analise de processos ambientais;
- Levantamento de campo para estudos ambientais;
- Elaboração de documentos técnicos no âmbito municipal, estadual, e federal;
- Gerenciamento de áreas contaminadas;
- Analise de dados ambientais;
- Desenvolvimento de projetos e relatórios;
- Gerenciamento em planos de gestão ambiental e analise de riscos ambientais;
- Utilização de ferramentas e softwares de Sistema de Informação Geográfica - SIG.

Estagiária

Azevedo Consultoria Ambiental e Energética Ltda
Janeiro/2015

- Acompanhamento e analise de processos ambientais;
- Acompanhamento em visitorias técnicas e levantamento de campo para estudos ambientais;
- Elaboração de relatórios técnicos;
- Emissão de Manifestos de Resíduos;
- Emissão de Acompanhamento de Efluentes (RAE);
- Emissão de Relatórios Anuais de Atividades Potencialmente Poluidoras junto ao IBAMA;
- Controle de prazos internos e externos.

Estagiária

Prefeitura Municipal de Barra Mansa
Secretaria de Meio Ambiente e Desenvol. Sustentável
Janeiro/2013 - Julho/2014

- Atendimento ao público;
- Acompanhamento e analise de processos ambientais;
- Vistorias técnicas e levantamento de campo;

Produção Acadêmica

- Projeto de Iniciação Científica: Diagnóstico da Contaminação do Solo no bairro de Volta Grande IV, Volta Redonda/RJ - PIC;
- Contribuição como equipe técnica na Elaboração do Plano de Manejo do REVIS Vale dos Puris, Volta Redonda/RJ;
- Contribuição como equipe técnica no Estudo para criação de Unidade de Conservação (UC) da Natureza para a região de entorno da principal nascente do Rio Paraíbuna.
- Contribuição na equipe técnica para criação e implementação básica de Unidade de Conservação (UC) de Proteção Integral no trecho oeste da Baía de Guanabara.

Dados

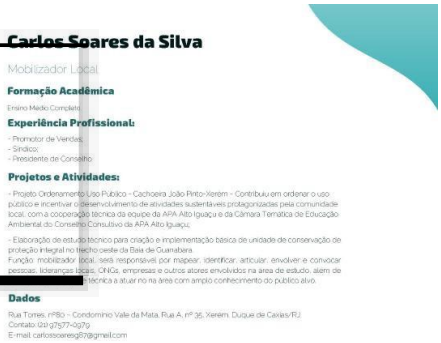
Rua Adolpho Klotz, 387, Apt. 102, Santa Rosa, Barra Mansa/RJ
Tel. - (24) 97401-8952
E-mail: samira@azevedoambiental.com

Idiomas

- Inglês – Leitura e escrita intermediária (Wise up)

Carlos Soares da Silva

Mobilizador Local



Carlos Soares da Silva

Mobilizador Local

Formação Acadêmica

Ensino Medio Completo

Experiência Profissional:

- Promotor de Vendas;
- Síndico;
- Presidente de Conselho.

Projetos e Atividades:

- Projeto Ordenamento Uso Público - Cachoeira João Pinto-Xerém - Contribuiu em ordenar o uso público e incentivar o desenvolvimento de atividades sustentáveis protagonizadas pela comunidade local, com a cooperação técnica da equipe da APA Alto Iguaçu e da Câmara Temática de Educação Ambiental do Conselho Consultivo da APA Alto Iguaçu;

- Elaboração de estudo técnico para criação e implementação básica de unidade de conservação de proteção integral no trecho oeste da Baía de Guanabara.
Função: mobilizador local, será responsável por mapear, identificar, articular, envolver e convocar pessoas, lideranças locais, ONGs, empresas e outros atores envolvidos na área de estudo, além de [illegible] técnica a atuar no na área com amplo conhecimento do público alvo.

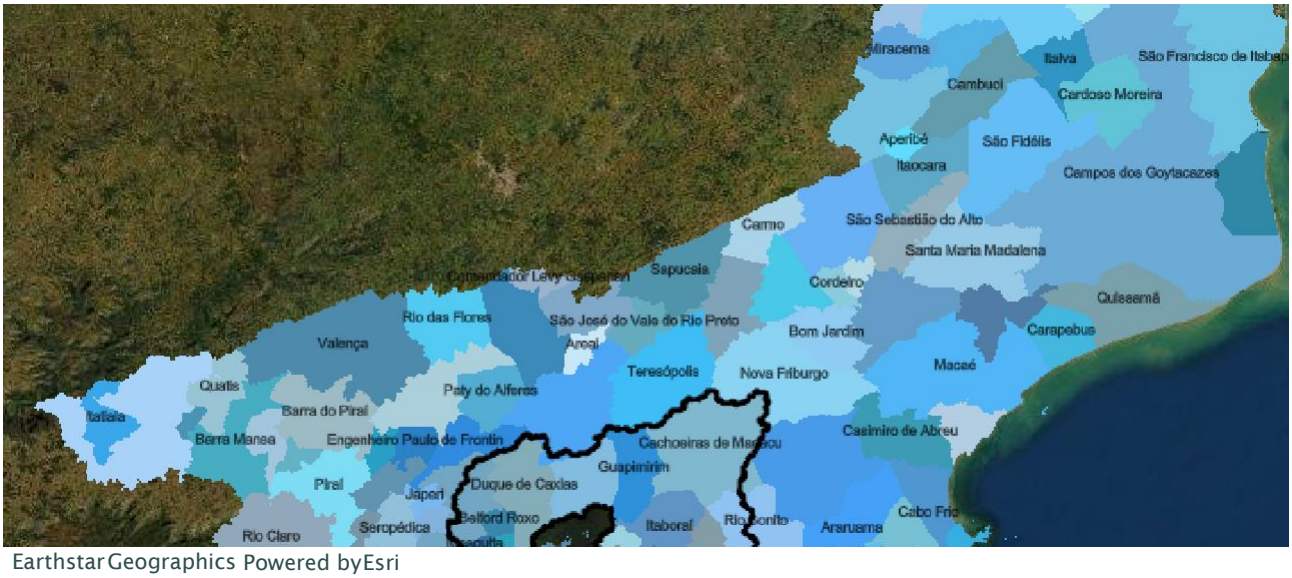
Dados

Rua Torres, nº80 – Condomínio Vale da Mata, Rua A, nº 36, Xerém, Duque de Caxias/RJ
Contato: (21) 97577-0979
E-mail: carlossoareseg87@gmail.com

Áreas de Estudo

Earthstar Geographics Powered by Esri

A Baía de Guanabara está inserida na Região Hidrográfica V conforme definido pela Resolução do Conselho Estadual de Recursos Hídricos nº 107 de 22 de maio de 2013.



Earthstar Geographics Powered by Esri

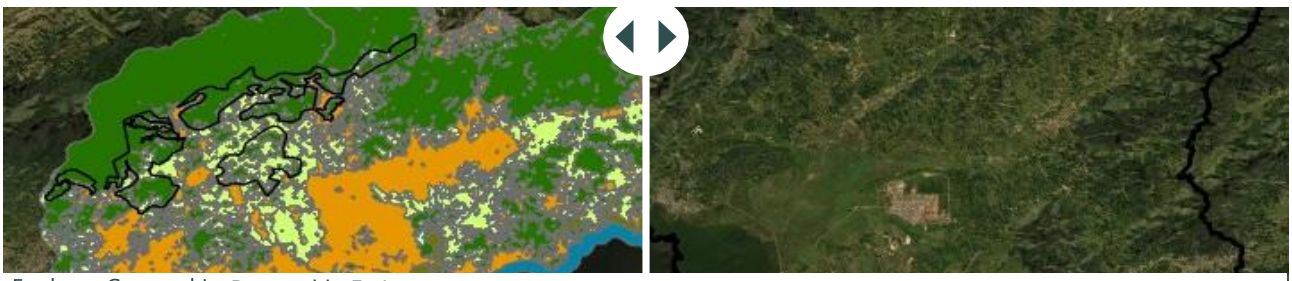
A Região Hidrográfica Baía de Guanabara compreende os municípios de Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Tanguá, Guapimirim, Magé, Duque de Caxias, Belford Roxo, Mesquita, São João de Meriti e Nilópolis e parcialmente os municípios de Maricá, Rio Bonito, Cachoeiras de Macacu, Petrópolis, Nova Iguaçu e Rio de Janeiro.

Earthstar Geographics Powered by Esri

A implementação da unidade de conservação de proteção integral no trecho Oeste da Baía de Guanabara ocorrerá no entorno da Reserva Biológica do Tinguá, rica em biodiversidade e que propicia amenização climática local.

A Reserva Biológica do Tinguá tem como municípios Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Miguel Pereira, Petrópolis, Queimados e Japeri, todos do estado do Rio de Janeiro, em sua porção centro-oeste.

O bioma da reserva é Mata Atlântica, e sua fitossociologia é Floresta Ombrófila Submontana, Floresta Ombrófila Densa Montana e Floresta Ombrófila Densa Altomontana. Sendo esse um dos biomas mais ricos e também mais ameaçados do planeta, considerado inclusive como um hotspot



Earthstar Geographics Powered by Esri

É uma área conhecida por suas espécies vegetais e uso medicinal, ornamental e fornecedora de madeira, além de serem importantes na alimentação dos animais, especialmente da avifauna local. Porém, algumas dessas plantas estão ameaçadas de extinção, dentre elas: *Begonia herbacea,* considerada em perigo*; Inga plana*, considerada rara*; e, Ocotea porosa,* classificada como vulnerável.

Área de Estudo – Proposta I: Está localizada nos municípios de Nova Iguaçu/RJ, Duque de Caxias/RJ e Petrópolis/RJ e possui 3663,03 ha.

Área de Estudo – Proposta II: Está localizada no município de Duque de Caxias/RJ e possui 177,35 ha.

Área de Estudo – Proposta III: Está localizada no município de Duque de Caxias/RJ e possui 1968,30 ha.

Área de Estudo – Proposta IV: Está localizada no município de Nova Iguaçu/RJ e possui 113,27 ha.

Área de Estudo – Proposta V: Está localizada no município de Nova Iguaçu/RJ e possui 2692,00 ha.

Área de Estudo – Proposta VI: Está localizada no município de Nova Iguaçu/RJ e possui 429,04 ha.

METODOLOGIA E PLANEJAMENTO OPERACIONAL

Produtos 01 e 02:

PRODUTO 01: PLANO DE TRABALHO	
ATIVIDADES	
Atividade 1.1	Emissão de ART
Atividade 1.2	Recolhimento de documentação
Atividade 1.3	Estabelecimento de metodologia para execução
Atividade 1.4	Planejamento Operacional
Atividade 1.5	Entrega do Plano de Trabalho
Atividade 1.6	Reunião Consultiva e Apresentação do Plano de Trabalho
Atividade 1.7	Entrega do Plano de Trabalho Consolidado
Atividade 1.8	Aprovação do Plano de Trabalho
PRODUTO 02: RELATÓRIO DO ESTUDO DE CONCEPÇÃO	
ATIVIDADES	
Atividade 2.1	Vistoria em campo
Atividade 2.2	Levantamento topográfico e Georreferenciamento da área
Atividade 2.3	Levantamento Fundiário e Cartorial
Atividade 2.4	Caracterização do território
Atividade 2.5	Diagnóstico de Fitossociologia
Atividade 2.6	Diagnóstico de Pedologia, Relevo e Geologia
Atividade 2.7	Diagnóstico sociocultural
Atividade 2.8	Diagnóstico socioeconômico
Atividade 2.9	Diagnóstico hidrológico
Atividade 2.10	Diagnóstico legal
Atividade 2.11	Diagnóstico de impactos ambientais
Atividade 2.12	Levantamento cartográfico
Atividade 2.13	Entrega do relatório
Atividade 2.14	Reunião Consultiva Apresentação do Relatório de Estudo de Concepção
Atividade 2.15	Aprovação do Relatório de Estudo de Concepção

Atividades

Produtos 03 e 04:

PRODUTO 03 - PROJETO BÁSICO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO	
ATIVIDADES	
Atividade 3.1	Elaboração e Submissão de Nota Técnica
Atividade 3.2	Aprovação de Nota Técnica
Atividade 3.3	Elaboração de planta de situação
Atividade 3.4	Entrega do Projeto Básico da Área de Intervenção
Atividade 3.5	Reunião Consultiva e apresentação do Projeto Básico da Área de Intervenção
Atividade 3.6	Aprovação do Projeto Básico da Área de Intervenção
PRODUTO 04 - PLANO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL	
ATIVIDADES	
Atividade 4.1	Mapeamento dos atores
Atividade 4.2	Mobilização Social
Atividade 4.3	Estabelecimento de metodologia para Oficina
Atividade 4.4	Estabelecimento de Plano de Ação Emergencial
Atividade 4.5	Entrega do Plano de Participação Social
Atividade 4.6	Reunião Consultiva e Apresentação do Plano de Participação Social
Atividade 4.7	Aprovação do Plano de Participação Social

Atividades

Produtos 05 e 06:

PRODUTO 05 - RELATÓRIO DE CONSULTA PÚBLICA	
ATIVIDADES	
Atividade 5.1	Convocatória para consulta pública
Atividade 5.2	Oficina de Diagnóstico Rápido Participativo
Atividade 5.3	Lista de presença
Atividade 5.4	Registro de reunião
Atividade 5.5	Registro fotográfico
Atividade 5.6	Material de reunião utilizado
Atividade 5.7	Relatório de Oficina de Diagnóstico Rápido Participativo
Atividade 5.8	Reunião e Apresentação do Relatório do Plano de Participação Social
Atividade 5.9	Aprovação do Relatório do Plano de Participação Social
PRODUTO 06 - PROJETO EXECUTIVO DE IMPLEMENTAÇÃO DE UC	
ATIVIDADES	
Atividade 6.1	Projeto Executivo de Implementação de Unidade de Conservação (PEIUC)
Atividade 6.2	Orçamento e cronograma físico-financeiro de implantação
Atividade 6.3	Elaboração de Memorial de Cálculo
Atividade 6.4	Entrega do Projeto Executivo de Implementação de UC
Atividade 6.5	Reunião Consultiva e Apresentação do Projeto Executivo de Implementação de UC
Atividade 6.6	Aprovação do Projeto Executivo de Implementação de UC

Atividades

Produtos 07 e 08:

PRODUTO 07 - MANUAL PARA IMPLEMENTAÇÃO DE UC	
ATIVIDADES	
Atividade 7.1	Elaboração do MIUC
Atividade 7.2	Entrega do Manual para implementação de UC e da Minuta
Atividade 7.3	Reunião consultiva e Apresentação do Manual para implementação de UC e da Minuta
Atividade 7.4	Aprovação do Manual para implementação de UC e da Minuta
PRODUTO 08 - BANCO DE DADOS	
ATIVIDADES	
Atividade 8.1	Entrega do banco de dados

Mapeamento dos atores: serão identificados e contatados atores relevantes e atuantes nas áreas objeto de estudo que devem ser convidados para participar da consulta pública.

Modelo de Convite para a Consulta Pública

Mobilização Social: A mobilização social para a participação dos atores na consulta pública irá conter as seguintes atividades:

- Edital de Convocação
- Convites
- Protocolo: A Equipe Técnica irá criar protocolo para obter a confirmação de participação dos atores na Consulta Pública, seja por e-mail, telefonemas ou mensagens de texto;
- Mobilização: A Equipe Técnica estará em campo para ter contato diretamente as lideranças locais, os agentes comunitários e as instituições locais (as prefeituras, os sindicatos, as ONGs locais, os escritórios de extensão rural, etc.), para apoiar a divulgação e a mobilização para a plenária. Todas as ações em campo respeitarão os protocolos de segurança para COVID-19.

Estabelecimento de metodologia: O roteiro de consulta pública será baseado no SNUC e irá objetivar que populações locais, ambientalistas, pesquisadores, profissionais liberais, empresários e organizações da sociedade civil sejam informados e opinem sobre as propostas de criação da UC.

Estabelecimento de Plano de Ação Emergencial: caso não haja confirmações suficientes.

Entrega do Plano de Participação Social: A contratada entregará o Plano de Participação Social para análise e apreciação.

Reunião Consultiva e Apresentação do Plano de Participação Social: Este produto será apresentado em reunião, a ser agendada para 10 (dez) dias após a entrega do produto para análise.

Aprovação do Plano de Participação Social: Após análise e consideração das contribuições e correções, será entregue a versão final.

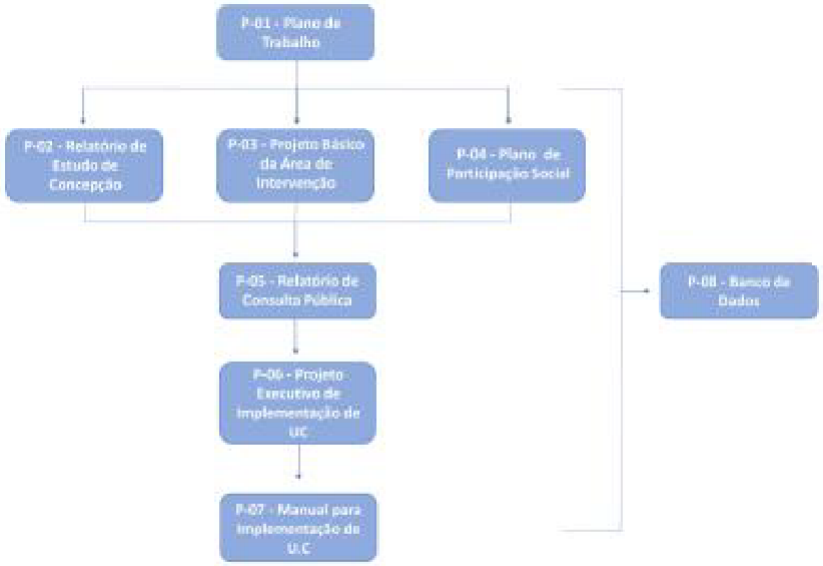
Cronograma deExecução

As atividades desenvolvidas pela equipe técnica serão apresentadas em forma de relatórios, contendo os Produtos conforme Termo de Referência.

CRONOGRAMA FÍSICO DE EXECUÇÃO												
PROD.	DESCRIÇÃO	1 MÊS	2 MÊS	3 MÊS	4 MÊS	5 MÊS	6 MÊS	7 MÊS	8 MÊS	9 MÊS	10 MÊS	11 MÊS
1	Plano de Trabalho consolidado e reunião de apresentação											
2	Relatório do Estudo de concepção											
3	Projeto Básico da área de intervenção											
4	Plano de Participação Social											
5	Relatório de consulta pública											
6	Projeto Executivo de Implementação de Unidade de Conservação - PEIUC											
7	Manual para Implementação da Unidade de Conservação - MIUC											
8	Entrega do Banco de dados											

LEGENDA	
	Elaboração e adequação do produto
	Entrega do produto
	Retorno da análise
	Entrega da versão final do produto
	Trâmites de fiscalização contratual

Fluxograma de Execução das Atividades



Resultados Esperados com a criação da UC de Proteção Integral

- Estabelecimento de um Diagnóstico Ambiental para as áreas de estudo;
- Categorização das possíveis UCs de acordo com o S N U C ;
- Participação Social ampla através da Reunião de Consulta Pública;
- Projeto Executivo de Implementação de Unidade de Conservação (PEIUC) elaborado para execução para execução imediata do projeto a partir de contratação;
- Manual para Implementação da Unidade de Conservação (MIUC) elaborado retratando as etapas que devem ser seguidas objetivando orientar o Comitê na implementação efetiva e apresentando na forma de minuta, os documentos necessários à concretização da UC ou mosaico.

Azevedo Consultoria Ambiental e Energética Ltda.

www.azevedoambiental.com